

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP – Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2012

I. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

A Administração da CESP – Companhia Energética de São Paulo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

O evento que mais impactou a CESP e o setor de energia elétrica no exercício de 2012 foi a edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 14/01/2013). Por esta Medida Provisória o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupuí, vencíveis em 2015, desde que aceitas determinadas condições de comercialização da energia dessas usinas. Adicionalmente, o mesmo tratamento foi estendido para a Usina Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão havia ocorrido em novembro de 2011.

Os acionistas da CESP, reunidos em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012, decidiram pela não renovação das concessões na forma oferecida pela MP. Com essa decisão, a CESP continuará a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupuí até o termo final da concessão, o que se dará em julho de 2015. A Usina Três Irmãos, que tem sua operação conjunta com a de Ilha Solteira, será operada pela CESP até decisão do Poder Concedente.

As Usinas de Porto Primavera (vencimento da concessão em maio de 2028), Paraibuna (março de 2021) e Jaguari (maio de 2020) não foram abrangidas pela MP nº 579 e continuarão a ser operadas normalmente pela CESP.

No que se refere ao desempenho e à gestão da Companhia, neste exercício a Receita Operacional Líquida teve um crescimento de 13,4% em relação ao ano anterior (R\$ 3.354,0 milhões em 2012 contra R\$ 2.957,5 milhões em 2011), o que propiciou uma geração de caixa, medida pelo método EBITDA Ajustado, de R\$ 2.072 milhões em 2012, 18,6% maior que em 2011.

As receitas no Mercado Regulado, representado pelas distribuidoras de energia elétrica (onde se concentra cerca de 64% do volume de energia elétrica comercializado em contratos pela CESP), apresentou um crescimento de 3,8% sobre o ano de 2011. Já as receitas no Mercado Livre, representado em sua maioria por grandes consumidores (aproximadamente 36% dos volumes comercializados em contratos) apresentou crescimento de 14,8%,

influenciadas pela demanda por mais energia, em vista dos preços relativamente mais elevados praticados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. As receitas obtidas no mercado de curto prazo, tanto para atender o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, como para liquidação das diferenças, cresceram 132,1% quando comparadas com o ano anterior.

As despesas operacionais (não gerenciáveis) foram impactadas a partir de outubro de 2012, em função do despacho das usinas térmicas para suprir a insuficiência da produção hidráulica nacional, em decorrência do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

A dívida financeira total ao final de 2012, composta por Empréstimos e Financiamentos, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Valores a Pagar à Eletrobrás e ao Fundo de Pensão, atingiu R\$ 3.745 milhões, tendo sido reduzida em 10,6%, trazendo a relação Dívida Financeira/ EBITDA Ajustado para 1,8 vezes (2,1 vezes em 2011).

II. A CESP E SEU MERCADO

A CESP possui um parque gerador exclusivamente hidráulico, formado por seis usinas hidrelétricas: Ilha Solteira (3.444 Megawatts – MW), Engenheiro Souza Dias (Jupiá – 1.551,2 MW), Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera – 1.540 MW), Três Irmãos (811,45 MW), Paraibuna (85 MW) e Jaguari (27,6 MW), num total de 7.459,25 MW de capacidade instalada.

Esta capacidade instalada posiciona a Companhia em quarto lugar entre as empresas de geração do país e lhe atribui 3.916 MW médios de garantia física, constituindo a quantidade de energia que a CESP pode comercializar contratualmente como participante do Mecanismo de Realocação de Energia (mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico que está associado à otimização do sistema hidrotérmico realizada por meio de um despacho centralizado).

Nesse contexto, a CESP comercializa sua energia nos seguintes mercados:

Ambiente de Contratação Regulado – ACR: mediante os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) firmados com distribuidoras e Contratos de Compra de Energia (CCEs) com distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano.

Ambiente de Contratação Livre – ACL: mediante os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCEs) de curto, médio e longo prazo, negociados com as empresas comercializadoras e com os consumidores livres.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE: onde as diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada são contabilizadas e liquidadas financeiramente.

• PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas da CESP é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, garantindo-se a preservação de seus ativos e o cumprimento de suas obrigações sociais e ambientais. A busca da eficiência na produção se baseia na associação dos recursos fundamentais de disponibilidade, recursos hídricos e oportunidades de alocação de produção no Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 2012, a CESP produziu 4.822 MW médios (23% acima de sua garantia física) que corresponderam a aproximadamente 8% da energia elétrica gerada no Brasil.

Em MW Médio	2008	2009	2010	2011	2012
Produção	4.683	4.547	4.674	4.687	4.822
Garantia Física	3.916	3.916	3.916	3.916	3.916

• COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A garantia física da CESP (3.916 MW médios), após a dedução do consumo interno das usinas e das perdas até o centro de gravidade do sistema, resultou numa garantia física líquida em 2012 de 3.817 MW médios. Essa garantia física líquida foi comercializada (i) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, com 37 empresas distribuidoras e

outras 4 distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano e **(ii)** no Ambiente de Contratação Livre – ACL, negociados com 21 clientes livres, 20 comercializadoras e 3 geradoras. As diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADO – ACR

Em 2012, a CESP destinou às distribuidoras de energia elétrica o montante de 2.427 MW médios, o que representou uma participação de 64,1% do total comercializado em contratos no ano. Neste montante, estão incluídos 78 MW médios comercializados com distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano.

Em relação ao ano de 2011, houve uma redução nas vendas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR em -2,2%, influenciada pela ressazonalização dos montantes e impactada pelas devoluções das distribuidoras via Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD, além da variação negativa apresentada pelas distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano supridas pela CESP.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE – ACL

Nesse segmento de mercado, em 2012, a parcela de energia referente aos contratos de venda de energia de curto, médio e longo prazo correspondeu a 1.339 MW médios, constituindo uma participação de 35,9% do montante total comercializado em contratos no ano.

Em comparação ao ano de 2011, houve um aumento nas vendas no Ambiente de Contratação Livre – ACL de 2,9% devido à influência dos PLD's relativamente elevados.

RESULTADOS DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em 2012, a CESP comercializou em contratos 3.767 MW médios, considerando o critério medido, o que significou uma queda de 0,4% em relação ao ano de 2011. Para atendimento ao SIN – Sistema Interligado Nacional, liquidou sobras e energia secundária na CCEE equivalentes a 329 MW médios de energia no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, e forneceu 575 MW médios de energia ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE ao preço da Tarifa de Energia de Otimização – TEO.

• FATURAMENTO

O faturamento da CESP com a venda de energia foi de R\$ 3.816 milhões, sendo R\$ 3.472 milhões em contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulada e livre, e R\$ 344 milhões na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Esse resultado com a venda de energia representou um aumento de 13,1% sobre os R\$ 3.375 milhões auferidos no ano de 2011.

Adicionalmente, houve R\$ 3,6 milhões em receitas de contratos de prestação de serviços.

RECEITAS OBTIDAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA – ACR:

A CESP faturou R\$ 2.199 milhões, divididos em R\$ 2.123 milhões em CCEAR – Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado com 36 distribuidoras e R\$ 76 milhões com 4 pequenas distribuidoras com mercados inferiores a 500 GWh/ano.

Esse faturamento total no ACR representa uma variação de 3,8% sobre o verificado no ano de 2011 e reflete o comportamento estável desse ambiente de comercialização de energia elétrica.

RECEITAS OBTIDAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE – ACL:

Neste ambiente, o faturamento total correspondeu a R\$ 1.272 milhões em contratos bilaterais de longo, médio e curto prazos, onde foram atendidos 44 clientes, sendo 21 consumidores livres, 20 comercializadoras e 3 geradoras.

O faturamento no ACL apresentou uma significativa variação de 14,8% sobre o verificado no ano de 2011, influenciado pelo comportamento do PLD no ano.

RECEITAS OBTIDAS COM A ENERGIA LIQUIDADADA NA CCEE:

A receita obtida pela Companhia na CCEE totalizou R\$ 344 milhões, incluindo o Mercado de Curto Prazo – MCP e o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que deduzidos de R\$ 142 milhões referentes a sua parcela no rateio dos custos pela não geração da energia hidráulica pelo sistema, durante o quarto trimestre de 2012, obteve resultado líquido de R\$ 202 milhões, consistindo em um aumento de 36,0% sobre o verificado no ano de 2011.

III. SISTEMA ELÉTRICO DA CESP

A CESP tem garantido o atendimento dos compromissos comerciais da Companhia, conciliando-o às exigências regulatórias de Disponibilidade (Resolução ANEEL nº 688/2003) e Sistêmicas (necessidades de geração para atender à demanda sistêmica), dentro de princípios de economicidade.

A eficiência das usinas do SIN – Sistema Interligado Nacional é apurada pelo ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico por meio do Índice de Disponibilidade (ID), calculado por meio da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada (TEIFa) e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) definidas pela ANEEL.

A CESP tem superado os valores de referência estabelecidos pela ANEEL para as suas usinas, cuja média ponderada para o ID (determinada com base na garantia física) é 0,896. Em 2011 o valor apurado foi 0,929 e, em 2012, o valor apurado foi 0,925.

Com relação à Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada apurada (TEIFa), que expressa a confiabilidade operacional, a CESP tem superado o valor de referência de 0,0252 medido através da média ponderada dos valores de referência estabelecidos pela ANEEL para as usinas. Em 2011 o valor apurado foi de 0,0069 e, em 2012, foi de 0,0095.

IV. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A CESP, ciente da responsabilidade que lhe cabe, tem buscado alinhar-se ao esforço de contribuir com o avanço das práticas sustentáveis, tendo incorporado ao seu cronograma de trabalho, atividades sintonizadas com essa temática. Dentre elas, merecem destaque:

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

A CESP é signatária da Declaração Internacional sobre Produção Mais Limpa do PNUMA tendo encaminhado o seu Plano Preliminar de Implementação, especificando as ações pelas quais planeja tornar concretos os princípios da Declaração, o princípio da “Liderança”, da “Conscientização, Educação e Formação”, da “Integração”, da “Pesquisa e Desenvolvimento” e o princípio da “Transparência”.

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial

A CESP permanece na carteira do ISE na BM&FBOVESPA para o período de 2012/2013 o que ratifica o compromisso da Companhia com as questões ambientais e sociais e demonstra seu comprometimento com a sustentabilidade.

CDP – Carbon Disclosure Project

A Desde 2007, a CESP responde o questionário do *Carbon Disclosure Project (CDP)*, o que colaborou para a reflexão sobre o tema “alterações climáticas” na Companhia. O Programa de Mudanças Climáticas e Sequestro de Carbono, a tradição na publicação anual do inventário de gases de efeito estufa (GEE), a gestão das oportunidades e os projetos de pesquisa e desenvolvimento, são os pontos de destaque em mudanças climáticas.

Em 2012 a CESP foi premiada na categoria *performance* como uma das dez empresas mais preocupadas com as mudanças climáticas no país. Esse destaque é concedido no âmbito do *Carbon Disclosure Project Brasil 2012* pela

PricewaterhouseCoopers, que tomou como base dados de 2011. O relatório foi publicado em outubro, na BM&FBOVESPA, e a divulgação da íntegra do documento ocorreu em dezembro de 2012.

Ecotime

Os Ecotimes são grupos multidisciplinares, compostos por colaboradores de diversas áreas da CESP, cujo propósito é contribuir com o aprimoramento de alguns processos ambientais presentes na Companhia. No ano de 2012, com a formação dos grupos de Porto Primavera e na sede administrativa, todas as unidades da Companhia passaram a possuir seus respectivos Ecotimes. A atuação destes grupos tem priorizado os seguintes temas: saúde e segurança do trabalho (em parcerias com as CIPAs – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes); consumo consciente de água e energia; gestão de resíduos sólidos; realização de campanhas para reciclagem e doação de calçados, óleo vegetal, entre outros materiais.

Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade da CESP, elaborado em base às diretrizes GRI (*Global Reporting Initiative*), padrão internacional em relatórios de sustentabilidade, alcançou o nível B+ de aderência à metodologia acima mencionada. O relatório é uma iniciativa que visa aproximar cada vez mais a Companhia de suas partes interessadas por meio da divulgação do compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental da ANEEL

Desde 2011, as informações e os indicadores solicitados no Relatório de Responsabilidade Socioambiental da ANEEL foram incorporados ao Relatório de Sustentabilidade, padrão GRI, assim como, as informações qualitativas e quantitativas presentes no “Balanço Social” proposto pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, que são informadas pela CESP anualmente.

Manual Socioambiental

Os procedimentos relacionados a questões socioambientais adotados pela CESP durante o período chuvoso, principalmente em razão de elevação das vazões, foram reunidos neste manual que passa a ser parte integrante dos manuais do SOSEm, Sistema de Operação em Situação de Emergência. Este manual visa a segurança dos empreendimentos, empregados e das comunidades do entorno das usinas.

Manual do Fornecedor

O Manual do Fornecedor, disponibilizado em 2012 no site da CESP, estabelece os valores, princípios e diretrizes que orientam o relacionamento com os fornecedores. Também divulga a Política de Suprimentos da CESP e demais políticas empresarias da Companhia.

Política de Segurança da Informação

A CESP aprovou a Política de Segurança da Informação reafirmando seu compromisso com o cumprimento da legislação e demais requisitos que regulamentam a propriedade intelectual, a proteção das informações e a utilização de recursos tecnológicos.

V. RESPONSABILIDADE SOCIAL

- **DIVERSIDADE**

A CESP vem renovando, desde 2010, o Selo Paulista da Diversidade, na Categoria Pleno, outorgado pelo Governo do Estado de São Paulo. A Companhia não aceita discriminação em função de etnia, origem, sexo, orientação sexual, estado civil, classe social, deficiência, idade, crença religiosa, condição de sindicalização, convicção política e ideológica.

Durante o ano foram realizadas ações relacionadas a esta certificação: III Semana Interna da Diversidade (SIDI), Dia da Consciência Negra; Dia Internacional das Pessoas com Deficiência; Dia Internacional da Mulher, dentre muitas outras ações que difundiram este comprometimento da Companhia entre todos os empregados.

- **AÇÕES SOCIAIS**

“Website” Acessível a Deficientes Visuais

A CESP mantém o seu “website” corporativo, inclusive o módulo de Relações com Investidores, provido de recursos que permitem acesso a deficientes visuais que disponham de softwares do tipo leitores de telas em seus computadores e queiram conhecer a Companhia ou se utilizem de alguma página como ferramenta de trabalho.

Instituto Criança Cidadã (ICC)

A CESP deu continuidade a sua participação como empresa mantenedora fundadora do Instituto Criança Cidadã – ICC, contribuindo com o funcionamento das 15 unidades educacionais da instituição. Soma-se ao apoio financeiro, o trabalho voluntário dado por empregados que auxiliam a instituição com orientação técnica e administrativa.

Como em anos anteriores, o ICC, entidade educacional que tem a história de seus projetos iniciada pela CESP em 1987, apresentou, em 2012, importantes ações e conquistas, que permitiram a renovação do reconhecimento da entidade como Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal.

Em 2012, mais de 6.000 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, todos moradores de comunidades carentes das regiões leste, sul e oeste da capital e do município de Guarulhos foram beneficiados dentro dos quatro projetos da instituição: Transmitindo Cidadania, Gerando Talentos, Manancial de Produção e Nossa Comunidade. O ICC assegura alimentação balanceada, supervisionada por nutricionista; apoio integral ao desenvolvimento da criança, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de saúde; educação infantil básica, arte educação e educação para o trabalho, oferecida por educadores, coordenadores e diretores educacionais, e atividades voltadas ao esporte e lazer, ao desenvolvimento comunitário e à geração de renda.

Inclusão Social de Aprendizes – Prêmio TOP de RH

A inclusão social dos aprendizes, promovida pelo Programa de Aprendizagem Profissional da CESP, foi reconhecida pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) com a entrega do Prêmio TOP de RH. Cerca de 90% dos jovens conseguem emprego após a formação na Companhia. A CESP prepara não só bons profissionais, mas principalmente, melhores cidadãos para o Brasil.

VI. BALANÇO SOCIAL

	2012			2011		
	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)	3.354.005			2.957.525		
Lucro Operacional Bruto (LOB)	1.433.334			1.503.782		
Folha de pagamento bruta (FPB)	220.536			234.325		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	8.532	3,87%	0,25%	8.682	3,71%	0,29%
Encargos sociais compulsórios	50.622	22,95%	1,51%	51.158	21,83%	1,73%
Previdência privada	8.877	4,03%	0,26%	9.546	4,07%	0,32%
Saúde	13.063	5,92%	0,39%	11.890	5,07%	0,40%
Capacitação e desenvolvimento profissional	718	0,33%	0,02%	1.175	0,50%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	46	0,02%	0,00%	56	0,02%	0,00%
Outros	128	0,06%	0,00%	379	0,16%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	81.986	37,18%	2,44%	82.886	35,37%	2,80%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ Mil	% sobre LOB	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre LOB	% sobre RL
3.1 - Educação	3.459	0,24%	0,14%	4.220	0,28%	0,14%
3.2 - Cultura	4.940	0,34%	0,17%	5.119	0,34%	0,17%
3.3 - Esporte	550	0,04%	0,03%	1.002	0,07%	0,03%
3.4 - Outros	208.615	14,55%	6,42%	190.016	12,64%	6,42%
Total das contribuições para a sociedade	217.564	15,18%	6,77%	200.357	13,32%	6,77%
Tributos (excluídos encargos sociais)	596.102	41,59%	17,77%	528.733	35,16%	17,88%
Total - Indicadores sociais externos	813.666	56,77%	24,26%	729.090	48,48%	24,65%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ Mil	% sobre LOB	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre LOB	% sobre RL
4.1 - Investimentos relacionados com a produção/ operação da Companhia	19.552	1,36%	0,58%	34.902	2,32%	1,18%
4.2 - Investimentos em programas e/ou projetos externos	6.365	0,44%	0,15%	4.551	0,30%	0,15%
Total dos investimentos em meio ambiente	25.917	1,81%	0,77%	39.453	2,62%	1,33%
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2012			2011	
Nº de empregados(as) ao final do período		1.283			1.330	
Nº de admissões durante o período		23			31	
Nº de estagiários(as)		21			30	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		955			926	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		189			196	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		11,11%			13,64%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		263			273	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		1,59%			1,52%	
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		13			13	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		Metas 2013			2012	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		20,5			23,1	
Número total de acidentes de trabalho		12			18	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		(X) direção e gerências			(X) direção e gerências	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(X) todos(as) + Cipa			(X) todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolverá (X) seguirá as normas da OIT	() incentivar		() não se envolve (X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		(X) todos(as) empregados(as)			(X) todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:		(X) todos(as) empregados(as)			(X) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		(X) serão exigidos			(X) são exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		(X) organizará e incentivar			(X) organiza e incentiva	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2012			Em 2011	
		1.849.139			1.783.527	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		% sobre o Total			% sobre o Total	
Governo		34%			32%	
Colaboradores		10%			11%	
Acionistas		8%			6%	
Terceiros		48%			51%	
Retido		0%			0%	

VII. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000, determina a aplicação de 1% (um por cento) da receita operacional líquida anual em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), conforme dispõe a Subcláusula Oitava da Cláusula Sexta do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 003/2004 – ANEEL / CESP.

Para atendimento a estes dispositivos, a CESP recolheu em 2012, a título de Pesquisa e Desenvolvimento, R\$ 13,4 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e R\$ 6,7 milhões ao Ministério de Minas e Energia.

Ainda em complemento a esses dispositivos, a CESP mantém um Programa de P&D, que desde o seu início já conta com seis ciclos implementados. Em 2012, a CESP investiu R\$ 6,3 milhões em projetos de P&D distribuídos nos três primeiros ciclos, como segue:

- 1º ciclo (2005/2006): R\$ 0,8 milhão para projetos em andamento até dezembro/2012;
- 2º ciclo (2006/2007): R\$ 0,3 milhão para projetos em andamento;
- 3º ciclo (2007/2008): R\$ 3,6 milhões, sendo: R\$ 2,8 milhões em carteira com 12 projetos próprios; e R\$ 0,8 milhão em Projetos Estratégicos das Chamadas Públicas ANEEL 2008 e 2010, propostos pela ANEEL, sendo que em sete projetos a CESP participa como empresa cooperada e em um projeto como empresa proponente;
- 4º ciclo (2008/2009): R\$ 1,3 milhões sendo: 0,5 milhão em Projetos Estratégicos da Chamada Pública da ANEEL 2011 Tema 13 – Energia Fotovoltaica, onde a CESP participa como empresa proponente em um projeto, que se iniciou em novembro/2012 e, como cooperada em dois desses projetos, sendo um com a CTEEP que se iniciou em maio/2012 e um com a AES Tietê que se iniciou em outubro/2012 e, 0,8 milhão em 10 projetos próprios de P&D;
- 5º ciclo (2009/2010): R\$ 0,15 milhão para o Projeto Anual de Gestão de P&D, do Programa de P&D da CESP, encerrado em junho/2012;
- 6º ciclo (2010/2011): R\$ 0,15 milhão para o Projeto Anual de Gestão de P&D, do Programa de P&D da CESP, iniciado em julho/2012.

A CESP também participa como empresa cooperada no projeto “Aperfeiçoamento do Processo de Contratação da Expansão do Parque Gerador”, onde a COPEL figura como empresa proponente. Este projeto foi formatado em 2012 e tem início de execução previsto para 2013

VIII. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde julho de 2006 a CESP integra o Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, que se constitui em um conjunto de regras que disciplina as relações entre o acionista controlador, o Conselho de Administração, a diretoria executiva, demais acionistas e, em especial, o mercado financeiro que é provido de informações com qualidade, agilidade e transparência. Além dos procedimentos exigidos pelo Nível 1 de governança corporativa, a CESP adotou, adicionalmente, as seguintes práticas de governança corporativa, incorporadas ao seu Estatuto Social:

- Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para dirimir dúvidas de caráter societário;
- “Tag Along” 100% - Direito aos acionistas detentores de ações preferenciais classe B (CESP 6) à venda conjunta das ações, pelas mesmas condições, em caso de alienação do controle acionário;
- Conselho de Administração composto por 20% de conselheiros independentes.

• RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A CESP dispõe de uma área de relações com investidores (RI) que coordena a distribuição das informações ao mercado financeiro em geral, investidores, analistas de mercado, instituições financeiras, órgãos reguladores e fiscalizadores, por meio das teleconferências dos resultados trimestrais, reunião pública anual, “website” corporativo, módulo do RI (<http://ri.cesp.com.br>); “e-mail” ricesp@cesp.com.br e “mailing list”. No decorrer de 2012 foram realizadas cerca de 63 eventos com analistas de mercado e investidores.

• CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por até quinze integrantes, sendo 20% de conselheiros independentes. Há um representante dos acionistas minoritários, um conselheiro é indicado pelos empregados e os demais são indicados pelo acionista controlador. O Conselho reúne-se formalmente pelo menos uma vez ao mês.

• DIRETORIA

A Diretoria, com reuniões semanais, é integrada por cinco membros sendo um diretor presidente e os demais responsáveis por suas áreas de atuação: Geração de energia elétrica, Engenharia, Finanças e Relações com investidores e Administração.

• CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é constituído por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos anualmente em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, sendo um representante dos acionistas minoritários. O mandato dos Conselheiros Fiscais é unificado de um ano, podendo ser reeleitos. As reuniões do Conselho Fiscal ocorrem pelo menos uma vez ao mês.

• CÓDIGO DE CONDUTA

A CESP implantou seu Código de Conduta em 2008, tendo introduzido canais de comunicação por meio dos quais são recebidas as representações que são submetidas ao Comitê de Conduta. É do Comitê de Conduta a tarefa de analisar os pedidos de supostas violações ao referido Código que, se constatadas, são remetidos à Alta Administração para implicação das medidas julgadas pertinentes.

• POLÍTICA SOCIAL EMPRESARIAL

A Política Social Empresarial da Companhia está baseada em 8 princípios e 10 diretrizes que fundamentam as práticas consagradas na Companhia. Torna explícito o compromisso da CESP com a garantia dos direitos humanos, valorização da diversidade, proibição do trabalho infantil e com a responsabilidade social empresarial. Essas práticas são fatores importantes de competitividade para os

negócios da Companhia, na relação com os acionistas, credores, clientes, empregados, parceiros, colaboradores e comunidade, governo e sociedade em geral.

- **POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO PRÓPRIA**

Em 2011, o Conselho de Administração aprovou a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão Própria, que estabelece as regras pelas quais as pessoas vinculadas, definidas na Política, devem se pautar para negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia.

- **POLÍTICA DE DIVIDENDOS**

O Conselho de Administração aprovou, também em 2011, a Política de Dividendos, que define os períodos e os critérios adotados para o pagamento de dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio. A Política está baseada nas regras do Estatuto Social e enfatiza o papel do Conselho de Administração na condução dessa Política.

- **GESTÃO DE RISCOS**

A estrutura de gerenciamento de riscos corporativos é constituída pelo Comitê de Riscos, Coordenadoria de Gestão de Riscos e Gestores Descentralizados de Risco.

Comitê de Riscos

Coordenado pela Presidência e composto pelos diretores e gerentes da Coordenadoria Executiva da Presidência e do Departamento de Auditoria Interna, o Comitê orienta a administração na definição das diretrizes e estratégias para a gestão, avaliação e controles de riscos, acompanhamento dos planos de ação apresentados pelos gestores da Companhia, bem como no direcionamento das atividades realizadas pela Coordenadoria de Gestão de Riscos.

Coordenadoria de Gestão de Riscos

Compete à Coordenadoria gerenciar as ações para identificação, avaliação e monitoramento dos riscos e comunicação periódica ao Comitê de Riscos. Compete, ainda, orientar os gestores da Companhia quanto à metodologia de autoavaliação de controle, visando garantir a eficiência dos controles que mitiguem os riscos mapeados, bem como assessorar a Presidência, Comitê de Riscos e demais "stakeholders" em assuntos relacionados à gestão de riscos e controles.

Gestor Descentralizado de Riscos

É formado por representantes indicados pelas diretorias. Os Gestores de Riscos Descentralizados auxiliam os gerentes das diversas áreas da corporação na identificação, avaliação, controle, monitoramento aos riscos inerentes aos objetivos em suas esferas de responsabilidades, atentando quanto a execução. Compete aos gestores, posicionarem periodicamente à Coordenadoria de Gestão de Riscos e sua Diretoria de subordinação sobre os riscos e controles inerentes a responsabilidade de sua atuação.

- **OUIDORIA**

A CESP, integrando-se ao Sistema das Ouvidorias do Governo do Estado de São Paulo, disponibiliza em seu "website" um canal de relacionamento com a finalidade de acolher, esclarecer e responder toda e qualquer manifestação de interesse do cidadão dentro da Companhia. Atua como instância final na sua defesa, inclusive provocando ações de transformação interna visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Companhia. Entre as principais manifestações recebidas em 2012, destacaram-se as orientações e esclarecimentos de dúvidas relativas a assuntos de recursos humanos, tais como, solicitações de documentos por ex-empregados, busca por orientações sobre benefícios da Fundação CESP, procura por emprego e estágio. Ocorreram também pedidos de esclarecimentos sobre assuntos relativos à área de Patrimônio da Companhia, como escritura de imóveis, interesse por casas

construídas pela CESP e assuntos referentes ao uso e ocupação das bordas de reservatórios. Algumas manifestações classificadas como "Reclamação", as quais são reincidentes, relacionam-se à insatisfação com as empresas de Distribuição de Energia Elétrica, tais como oscilação e queda de energia e a queima de aparelhos eletrodomésticos. Nestes casos a ouvidoria informa qual é o negócio da CESP, ou seja, Geração de Energia Elétrica e direciona o cidadão para as concessionárias de distribuição.

IX. MERCADO DE CAPITAIS

Em janeiro de 2012 a CESP liquidou a 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, emitidas em janeiro de 2011, com o pagamento de R\$ 168,3 milhões.

A dívida financeira total, composta por Empréstimos e Financiamentos, FIDC, e Valores a Pagar à Eletrobrás e ao Fundo de Pensão totalizou R\$ 3.745,3 milhões, tendo sido reduzida em cerca de R\$ 446,1 milhões (10,6%), estando agora representada por 66% em moeda nacional e 34% em moeda estrangeira. Ao final do ano, as Disponibilidades eram de R\$ 513,5 milhões, além de R\$ 65,8 milhões correspondentes a US\$ 32,2 milhões comprados para quitação de compromissos vencíveis em janeiro e fevereiro de 2013 referentes aos Bônus séries 7 e 8, o que resulta em Dívida Líquida de R\$ 3.166,0 milhões.

Em agosto de 2012 a Standard & Poor's elevou os ratings de crédito da CESP para "BB" na escala global para "positiva" e para "brAA-" na escala Nacional Brasil, por melhora no perfil financeiro com perspectivas estáveis. Ao mesmo tempo, elevou o perfil de crédito individual (SACP, na sigla em inglês) da CESP, de "b-" para "bb". Segundo relatório da S&P, a alteração da perspectiva reflete a continuidade da capacidade da Companhia em apresentar fortes métricas financeiras, reduzindo de forma consistente os níveis de dívida e com fluxos de caixa favoráveis.

AÇÕES DA CESP

Os efeitos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, fizeram-se sentir sobre o mercado acionário, refletindo-se sobre a cotação das ações da CESP, entre outras empresas do setor elétrico.

As ações mais negociadas da CESP, as Preferenciais Classe B (CESP6) que representam 64% do capital total da Companhia, sofreram uma desvalorização de 41,3% no ano de 2012, com cotação em 28/12/2012, de R\$19,39. As ações Ordinárias (CESP3), que representam 33% do capital, encerraram o ano com desvalorização de 39,6%, cotadas a R\$ 16,49. As Preferenciais Classe A, que representam 3% do capital, apresentaram queda de 44,8% e foram negociadas a R\$ 18,57, no último dia do ano.

O IEE – Índice de Energia Elétrica teve grande volatilidade durante 2012, encerrando o ano com queda de -11,7%. Por outro lado, o IBOVSPA apresentou crescimento de 7,3%, revertendo parcialmente a forte queda de -18,1% apresentada em 2011.

X. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As receitas operacionais no ano de 2012 alcançaram R\$ 3.819,9 milhões, com crescimento de 13% em relação a 2011, resultado obtido, principalmente, pelo aumento nas quantidades e nos preços nas vendas de energia no ambiente de contratação livre (consumidores livres e agentes comercializadores) e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que alcançaram R\$ 1.616,6 milhões, e também pela atualização dos preços de venda de energia no ambiente de contratação regulada, que registrou R\$ 2.199,8 milhões (Notas 24.3 e 24.4).

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.920,7 milhões, com aumento de 32,1%, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação (Nota 25).

O Custo com Energia Elétrica sofreu incremento de 37,5%, motivado, principalmente, pelo custo com Energia Comprada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Isto ocorreu a partir de outubro de 2012, em decorrência dos baixos níveis dos reservatórios, quando o conjunto das usinas hidrelétricas do Sistema Interligado

Nacional – SIN não conseguiu produzir sua garantia física, o que levou o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS a promover o despacho das usinas termelétricas de custo mais elevado, o que se refletiu no aumento do preço de energia (PLD) na CCEE. A CESP, isoladamente, produziu mais energia do que sua capacidade nominal, e este aumento da quantidade de energia produzida pela Companhia em 2012, quando comparado com 2011, motivou o aumento das despesas com Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos. Adicionalmente, os reajustes tarifários das empresas de transmissão promoveram o aumento nos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão.

O Custo com Operação aumentou 29,3%, principalmente por conta da rubrica Entidade de Previdência a Empregados – CPC 33/IAS 19, que resultou em provisionamento de R\$ 342,2 milhões, contra R\$ 45,9 milhões de 2011. O provisionamento decorre, principalmente, da redução para 3,75%, em 2012 (5,5% em 2011), da taxa de remuneração dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) futuros, de acordo com os prazos de pagamento do plano de aposentadoria, utilizados no cálculo para determinar o valor presente da obrigação atuarial a ser reconhecido.

A combinação das receitas e dos custos possibilitou à CESP apresentar um Lucro Operacional Bruto de R\$ 1.433,3 milhões no exercício de 2012.

As Despesas Gerais e Administrativas e as Outras Despesas Administrativas reduziram-se em 4,7%, em decorrência da redução com despesas com pessoal, material e serviços de terceiros, em contraposição ao incremento da provisão para perda estimada de créditos (Nota 25).

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas apresentaram redução de 34,1%, principalmente com a diminuição dos valores registrados em provisão para riscos legais (Nota 25 e 25.2).

Em decorrência das receitas e despesas operacionais em 2012, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 2.072 milhões, representando um aumento em 18,6%, quando comparado ao exercício anterior, conforme adiante demonstrado.

O Resultado Financeiro registrou R\$ 576,6 milhões negativos (queda de 15,4% – Nota 26). As Receitas Financeiras, de R\$ 46 milhões, reduziram-se em 7%, enquanto os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram redução de 1,8%, totalizando R\$ 360 milhões.

As Variações Monetárias e Cambiais Líquidas foram as principais responsáveis pela redução do resultado financeiro, com diminuição da ordem de 27,9%.

O Lucro antes dos Impostos registrou R\$ 378,2 milhões. Após a apropriação da despesa com Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e pela reversão de impostos diferidos (passivo), conforme Nota 27, a Companhia encerrou o exercício de 2012 com Lucro Líquido de R\$ 148 milhões.

A Nota Explicativa 23.6 contempla a proposta da Administração para distribuição de resultados de R\$ 386 milhões, dos quais serão deduzidos R\$ 115 milhões, já pagos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Indicadores Econômico-Financeiros

Retorno	2012	2011
Preço Médio Geral - R\$ por MWh.....	92,29	84,73
Margem Operacional (%).....	33,70	40,10
Valor Patrimonial da Ação (R\$).....	30,17	30,89
Variação do Dólar (%).....	8,9	12,6
Endividamento/Liquidez	2012	2011
Endividamento do Ativo.....	0,42	0,42
Participação de Capital de Terceiros.....	0,71	0,71
Liquidez Corrente.....	0,60	0,61

Demonstração do LAJIR (EBIT) / LAJIDA (EBITDA) (Instrução CVM nº 527 de 14 de outubro de 2012)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>Var.</u>
Lucro líquido do exercício	147.982	108.581	36,3%
Imposto de renda e Contribuição social.....	230.171	129.253	78,1%
Resultado financeiro.....	576.633	681.537	-15,4%
= EBIT / LAJIR	<u>954.786</u>	<u>919.371</u>	<u>3,9%</u>
Depreciação.....	775.329	781.642	-0,8%
= EBITDA / LAJIDA	<u>1.730.115</u>	<u>1.701.013</u>	<u>1,7%</u>
Entidade de previdência empregados - CPC 33/IAS 19 (*)...	342.202	45.924	645,1%
= EBITDA / LAJIDA AJUSTADO	<u>2.072.317</u>	<u>1.746.937</u>	<u>18,6%</u>

(*) As perdas atuariais são resultado da alteração na taxa de desconto de 5,5% em 2011, para 3,75% em 2012. O ajuste desta rubrica deve-se ao fato de a Companhia reconhecer os ganhos/perdas atuariais no resultado do exercício, em detrimento ao reconhecimento no Patrimônio Líquido, conforme também previsto pela legislação vigente.

XI.AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e com o previsto no Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003, de 20 de março de 2003, a CESP esclarece que a empresa Ernst & Young Terco Auditores Independentes, no exercício de 2012, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria.

A Administração da CESP entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	513.525	435.112
Valores a receber.....	6	389.189	400.211
Provisão para perda estimada de créditos.....	7	(46.895)	(22.308)
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	8	6.656	14.643
Cauções e depósitos vinculados.....	10	65.750	-
Almoxarifado.....		33.804	41.802
Outros créditos.....	9	111.536	97.840
Despesas pagas antecipadamente.....		1.672	1.963
		<u>1.075.237</u>	<u>969.263</u>
NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados.....	10	628.201	462.039
Outros créditos.....	9	4.868	19.539
Investimentos.....		-	8.172
Imobilizado.....	11	15.181.566	15.841.006
		<u>15.814.635</u>	<u>16.330.756</u>
TOTAL DO ATIVO.....		<u>16.889.872</u>	<u>17.300.019</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores.....		20.619	38.071
Empréstimos e financiamentos.....	12	703.789	425.906
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	13	287.581	282.771
Valores a pagar.....	14	46.391	41.043
Tributos e contribuições sociais.....	16	61.672	109.196
Entidade de previdência a empregados.....	18	30.954	-
Energia comprada - CCEE.....		100.084	-
Taxas regulamentares/Encargos uso do sistema de transmissão.....	19	87.411	90.243
Dividendos e juros sobre capital próprio.....		271.684	390.790
Obrigações estimadas e folha de pagamento.....		34.931	34.717
Obrigações socioambientais.....	21.1	24.163	24.145
Outras obrigações.....	21.2	120.818	162.676
		<u>1.790.097</u>	<u>1.599.558</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos.....	12	1.763.999	2.223.375
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	13	714.948	911.587
Valores a pagar.....	14	76.384	108.630
Tributos e contribuições sociais.....	16	7.170	25.538
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	17	177.927	243.480
Entidade de previdência a empregados.....	18	275.916	5.547
Taxas regulamentares/Encargos uso do sistema de transmissão.....	19	18.399	2.125
Provisão para riscos legais.....	20	1.941.473	1.819.826
Obrigações socioambientais.....	21.1	228.141	220.931
Outras obrigações.....	21.2	15.481	21.295
		<u>5.219.838</u>	<u>5.582.334</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23.1	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital.....	23.3	1.929.098	1.929.098
Ajuste de avaliação patrimonial.....	23.4	1.548.690	1.748.153
Reservas de lucros	23.5	426.716	465.443
		<u>9.879.937</u>	<u>10.118.127</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>16.889.872</u>	<u>17.300.019</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Valores em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2012	2011
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	24.4	<u>3.354.005</u>	<u>2.957.525</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica.....	25	(690.575)	(502.355)
Custo com operação.....	25	(1.230.096)	(951.388)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....		<u>1.433.334</u>	<u>1.503.782</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....	25	(259.956)	(280.341)
Outras despesas operacionais.....	25	(42.720)	(37.207)
Outras (despesas) receitas líquidas.....	25	(175.872)	(266.863)
		<u>(478.548)</u>	<u>(584.411)</u>
 LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		 <u>954.786</u>	 <u>919.371</u>
 Receitas financeiras.....	26	46.349	49.848
Despesas financeiras.....	26	(622.982)	(731.385)
RESULTADO FINANCEIRO.....	26	<u>(576.633)</u>	<u>(681.537)</u>
 LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		 <u>378.153</u>	 <u>237.834</u>
Imposto de renda - corrente.....	27	(214.212)	(184.180)
Contribuição social - corrente.....	27	(81.512)	(71.565)
Imposto de renda diferido (ativo).....	16 e 27	(91.695)	(81.461)
Contribuição social diferida (ativo).....	16 e 27	(25.906)	(30.671)
Imposto de renda diferido (passivo).....	16 e 27	134.672	179.933
Contribuição social diferida (passivo).....	16 e 27	48.482	58.691
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....		<u>(230.171)</u>	<u>(129.253)</u>
 LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		 <u>147.982</u>	 <u>108.581</u>
Lucro líquido e diluído por ação.....		<u>0,45</u>	<u>0,33</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores em milhares de reais)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício.....	147.982	108.581
Outros resultados abrangentes.....	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos.....	<u>147.982</u>	<u>108.581</u>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores em milhares de reais)**

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL (Nota 23.3)	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (Nota 23.4)	RESERVAS DE LUCROS DE LUCROS (Nota 23.5)	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	5.975.433	1.929.098	1.947.673	622.747	-	10.474.951
Realização de ajuste de avaliação patrimonial.....			(199.520)		199.520	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	108.581	108.581
Proposta de Destinação:						
Reserva legal.....	-	-	-	5.429	(5.429)	-
Juros sobre capital próprio já distribuídos (1).....	-	-	-	-	(75.000)	(75.000)
Realização de reservas de lucros a realizar.....	-	-	-	(162.733)	162.733	-
Dividendos a distribuir (Nota 23.6) (2).....	-	-	-	-	(390.405)	(390.405)
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	5.975.433	1.929.098	1.748.153	465.443	-	10.118.127
Realização de ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	(199.463)	-	199.463	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	147.982	147.982
Proposta de Destinação:						
Reserva legal.....	-	-	-	7.399	(7.399)	-
Juros sobre o capital próprio já distribuídos (3).....	-	-	-	-	(115.000)	(115.000)
Realização de reservas de lucros a realizar.....	-	-	-	(46.126)	46.126	-
Dividendos a distribuir (Nota 23.6) (4).....	-	-	-	-	(271.172)	(271.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	5.975.433	1.929.098	1.548.690	426.716	-	9.879.937

(1) R\$ 0,19 por ação ON e PNB e R\$ 1,82 por ação PNA
(3) R\$ 0,31 por ação ON e PNB e R\$ 1,82 por ação PNA

(2) R\$ 1,22 por ação ON e PNB
(4) R\$ 0,85 por ação ON e PNB

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O PERÍODO
 FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Método Indireto	Nota	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		378.153	237.834
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação.....	11	775.329	781.642
Juros, variações monetárias e cambiais.....	26	510.860	621.069
Provisão para perda estimada de créditos.....	7	24.587	1.200
Provisão para riscos legais.....	20	97.188	254.482
Provisão para desvalorização de investimentos.....	25.2	3.172	-
Baixa de investimentos.....		5.000	-
Baixa de ativo imobilizado.....		15.555	455
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....	18	342.202	45.924
Ganho na Consolidação do REFIS.....	25.2	-	(19.956)
Provisão para compromissos ambientais.....	25.2	32.634	14.664
Outras.....		-	401
		2.184.680	1.937.715
Valores a receber.....	6	11.022	(25.401)
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	8	7.987	(2.374)
Almojarifado.....		7.998	9.868
Despesas pagas antecipadamente.....		291	771
Cauções e depósitos vinculados.....	10	(226.283)	132.608
Outros créditos.....	9	975	(1.539)
Fornecedores.....		(17.452)	(30.231)
Outros tributos e contribuições sociais.....	16	(38.442)	(37.360)
Pagamentos a Entidade de previdência a empregados.....	18	(40.879)	(40.778)
Energia comprada - CCEE.....		100.084	-
Taxas regulamentares/Encargos uso do sistema de transmissão.....	19	13.442	(13.741)
Pagamentos de riscos legais.....	20	(35.092)	(40.422)
Pagamentos obrigações socioambientais.....	21.1	(27.966)	(26.733)
Obrigações estimadas e folha de pagamento.....		214	(6.910)
Outras obrigações.....		(52.634)	(104.424)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.887.945	1.751.049
Juros pagos de empréstimos e financiamentos.....	15.1	(226.614)	(218.116)
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		(332.327)	(234.841)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.329.004	1.298.092
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Aquisições para o Imobilizado.....		(71.893)	(129.086)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(71.893)	(129.086)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Empréstimos e financiamentos - captação.....	15.1	13.427	169.793
Empréstimos e financiamentos - amortização.....	15.1	(696.000)	(841.712)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos.....		(496.125)	(232.735)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.178.698)	(904.654)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		78.413	264.352
(+) Saldo Inicial.....		435.112	170.760
(=) Saldo Final.....		513.525	435.112
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		78.413	264.352

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**
(Valores em milhares de Reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas operacionais.....	3.819.891	3.379.086
Provisão para perda estimada de créditos.....	(24.587)	(1.200)
	<u>3.795.304</u>	<u>3.377.886</u>
Menos:		
Insumos		
Encargos de uso do sistema de transmissão/serviços do sistema.....	371.503	343.622
Energia comprada.....	142.464	-
Serviços de terceiros.....	111.792	118.416
Materiais.....	10.907	16.428
Outros custos operacionais.....	8.349	8.650
	<u>645.015</u>	<u>487.116</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	<u>3.150.289</u>	<u>2.890.770</u>
Retenções		
Depreciação	775.329	781.642
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO.....	<u>2.374.960</u>	<u>2.109.128</u>
TRANSFERÊNCIAS		
Receitas financeiras	46.349	49.848
Variações cambiais líquidas.....	(105.611)	(149.761)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....	(342.202)	(45.924)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos.....	65.553	126.492
	<u>(335.911)</u>	<u>(19.345)</u>
OUTRAS		
Provisão para riscos legais.....	(97.188)	(254.482)
RTE Despacho 2517/2010-ANEEL.....	-	(9.606)
Outras (despesas)/receitas líquidas.....	(92.722)	(42.168)
	<u>(189.910)</u>	<u>(306.256)</u>
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....	<u>1.849.139</u>	<u>1.783.527</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Remuneração do trabalho (Não inclui INSS).....	171.215	187.628
Remuneração de administradores.....	2.537	2.445
Entidade de previdência a empregados - contribuição ao plano.....	8.877	9.546
	<u>182.629</u>	<u>199.619</u>
Financiadores e alugueis:		
Juros e encargos de dívidas.....	360.450	367.049
Variações monetárias.....	156.921	214.575
Alugueis.....	7.480	6.353
	<u>524.851</u>	<u>587.977</u>
Intrasetoriais - Encargos regulamentares:		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	208.323	189.391
Reserva Global de Reversão - RGR	100.289	87.962
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	33.504	29.953
Taxa de Fiscalização - ANEEL/outros encargos.....	17.637	16.605
	<u>359.753</u>	<u>323.911</u>
Tributos e contribuições sociais:		
Federal.....	633.824	563.323
Municipal.....	100	116
	<u>633.924</u>	<u>563.439</u>
Acionistas:		
Lucro líquido do exercício.....	147.982	108.581
TOTAL.....	<u>1.849.139</u>	<u>1.783.527</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

1 CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes)

1.1 Contexto Operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas principalmente na BM&FBOVESPA S.A. e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa, também da Bovespa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A CESP possui um parque gerador instalado de 7.459,25 MW (Nota 11.2), totalmente de origem hidráulica, correspondente a cerca de 8% da potência hidráulica instalada no país, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, estando autorizada a comercializar 3.916 MW médios durante o ano, o que equivale a aproximadamente 34.304 GWh, ou seja, cerca de 7,2% da garantia física do país, de origem hidráulica.

Produção Bruta em MWh					
Usinas	2012				
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trimestre	Acumulado
Ilha Solteira	4.647.617	4.332.315	4.444.042	4.301.165	17.725.139
Três Irmãos	1.222.640	950.584	869.370	468.550	3.511.144
Jupia	2.551.569	2.325.702	2.500.937	2.365.512	9.743.720
Porto Primavera	2.787.271	2.713.392	2.671.882	2.588.852	10.761.397
Paraibuna	104.016	142.161	97.760	130.519	474.456
Jaguari	9.840	36.869	54.720	35.785	137.214
Total	11.322.953	10.501.023	10.638.711	9.890.383	42.353.070

Usinas	2011				
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trimestre	Acumulado
Ilha Solteira	4.472.504	4.414.958	4.187.512	4.233.269	17.308.243
Três Irmãos	1.039.623	936.419	776.294	978.978	3.731.314
Jupia	2.047.590	2.236.268	2.380.085	2.432.905	9.096.848
Porto Primavera	2.594.354	2.576.858	2.588.127	2.643.724	10.403.063
Paraibuna	83.497	118.646	137.147	124.961	464.251
Jaguari	22.827	11.675	-	18.254	52.756
Total	10.260.395	10.294.824	10.069.165	10.432.091	41.056.475

Da receita operacional bruta da Companhia do período findo em 31 de dezembro de 2012, 67% (74% em 2011) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de venda de energia/agentes comercializadores e distribuidoras contratados em leilões de energia) e 24% (23% em 2011) provenientes do

fornecimento de energia a consumidores livres, sendo os restantes 9% (3% em 2011) decorrentes de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e outras receitas (Nota 24.3).

1.2 Comercialização de Energia (Leilões de Energia) – Não auditada pelos auditores independentes

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo cinco leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de compra de energia provenientes de novos empreendimentos.

A CESP vendeu, através de leilões, 2.288 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

LEILÃO DE EMPREENDIMENTOS EXISTENTES	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2005	2005 a 2012	800,0	62,10	jan/05	57,51
Produto 2006	2006 a 2013	1.178,0	68,37	jan/05	67,33
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	jan/05	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	mai/05	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,43	nov/05	94,91
		2.288,0			

LEILÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	jul/06	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	jan/06	114,83
		230,0			

Os preços obtidos nos leilões estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Notas 24.1 e 24.2).

1.3 Renovação das Concessões

A Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida em Lei nº 12.783/2013), trata das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Essa Medida Provisória ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 2015, e, adicionalmente, o mesmo tratamento para a Usina de Três Irmãos, cujo vencimento de seu primeiro período de concessão ocorreu em novembro de 2011.

O Poder Concedente, através da MP 579 e de portarias, estabeleceu condições específicas para a antecipação dessas renovações. Essas condições se referiam a novas receitas a serem praticadas por essas usinas, e de valores de indenização para os ativos ainda não amortizados, relativos ao projeto básico. Estabeleceu ainda que as usinas cujas renovações não fossem aceitas seriam licitadas.

Em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012 os acionistas da CESP – Companhia Energética de São Paulo decidiram pela não renovação das UHE de Ilha Solteira, Jupia e Três Irmãos. Com essa decisão, a CESP continuará a operar normalmente as Usinas de Ilha Solteira e Jupia até o período final da concessão que se dará em julho de 2015. A Usina de Três Irmãos, que tem sua operação conjunta com a de Ilha Solteira, será operada pela CESP até decisão do Poder Concedente.

As Usinas de Porto Primavera (vencimento da concessão em maio de 2028), Paraibuna (vencimento da concessão em março de 2021) e Jaguari (vencimento da concessão em maio de 2020) não foram abrangidas pela MP 579 e continuarão a ser operadas normalmente pela CESP.

1.4 Risco Hidrológico

Quatro das principais usinas hidrelétricas da CESP, que representam 99% da energia assegurada para venda, concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região noroeste do Estado de São Paulo. As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupia e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da Usina de Jupia.

A Companhia construiu um canal – Canal de Pereira Barreto – com cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas existentes a montante, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à jusante.

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização – TEO de R\$ 10,01 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1403, de 18 de dezembro de 2012, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012). Durante 2012 vigorou a TEO de R\$ 9,58 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1246, de 13 de dezembro de 2011).

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 19 de março de 2013.

As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu valor atribuído (“deemed cost”), na data de transição em janeiro de 2009.

2.1 Base de Elaboração

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente, não foram auditados pelos auditores independentes.

A demonstração do fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificada em determinadas rubricas em relação às informações originalmente divulgadas, com o intuito de propiciar a comparabilidade em relação às demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em função da alteração de lucro líquido para lucro líquido antes do IR e CS como base inicial para movimentação do fluxo de caixa. O balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificado em relação às informações originalmente divulgadas, com o intuito de propiciar a comparabilidade em relação às demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em função da apresentação dos impostos diferidos ativos e passivos de forma líquida no passivo não circulante e da reclassificação para a rubrica de depósitos vinculados de valores anteriormente registrados na rubrica de caixa e equivalente de caixa.

2.2 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a Companhia atua, sendo que as demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, investimentos “mantidos até o vencimento”, ativos financeiros “disponíveis para venda”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 31 de dezembro de 2012, a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado”, “empréstimos e recebíveis”.

3.2.1 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- a. Consumidores e revendedores (Nota 6)
- b. Valores a receber – CCEE (Nota 6)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica, registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

3.2.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros os (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são Cauções e depósitos vinculados (Nota 10)

3.2.3 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

3.2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
- Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

A Provisão para Perda Estimada de Créditos é constituída, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado, se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.3 Almojarifado

Os materiais em estoque nos almojarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

3.4 Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para redução ao valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

3.5 Imobilizado

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (01/01/2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais provisões para *impairment*, e são reconhecidos em “Ganho/Perda na Alienação de Bens e Direitos” na demonstração do resultado.

3.6 Redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina, considerado como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciados até a data do vencimento da concessão.

3.7 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- a. Empréstimos e financiamentos (Nota 12)
- b. Encargos de dívidas (Nota 12)
- c. FIDC's (Nota 13)
- d. Valores a pagar (Nota 14)

3.8 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº. 9.991/00 e Regulamentações ANEEL nº. 300/08 e 316/08. Este percentual é recolhido na proporção de 40% ao Fundo Nacional

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e 20% para Empresa de Pesquisa Energética – EPE e Ministério de Minas e Energia. O remanescente (40%) é destinado a projetos/programas de P&D da Companhia.

3.9 Provisão para riscos legais

O CPC 25/IAS 37 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa.

3.10 Provisões para custos socioambientais

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e para os quais uma estimativa dos montantes destes desembolsos possa ser estimada. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Companhia tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo. Tais juros podem ser considerados como parte dos dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa de imposto de renda no resultado do exercício, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal vigente na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferido (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, considerando uma projeção para 10 anos.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos

impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

3.12 Planos de benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/ IAS 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

A partir de 2005, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no resultado do exercício.

3.13 Reconhecimento da receita

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº. 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº. 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

3.13.1 Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres – grandes consumidores finais que optaram em não adquirem energia dos distribuidores locais.

3.13.2 Suprimento de energia – leilão

Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente em contratos de médio e longo prazo.

3.13.3 Suprimento de energia – contratos

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados e também inclui contratos celebrados com as concessionárias de distribuição com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, por opção destas, no ambiente regulado.

3.13.4 Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre o que foi produzido, consumido e contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado Nacional – SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia suficiente para cobrir os custos variáveis.

3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

No encerramento do exercício social e após a dedução dos dividendos intermediários pagos e as devidas destinações legais do lucro líquido ajustado, a Companhia registra, se aplicável, no passivo circulante, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios limitados a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada: i) o montante destinado para Reserva Legal, ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, e iii) a realização da reserva de lucros a realizar.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

3.15 Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

3.16 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

3.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.18 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3.19 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.20 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda

diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no período em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo.

Provisão para riscos legais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Provisão para perda estimada de créditos

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra provisão para perda estimada de créditos para as perdas consideradas prováveis.

Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4 NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS REVISADAS, JÁ EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Em relação a adoção dos pronunciamentos e interpretações listados abaixo, que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012, os mesmos não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2012. São eles:

- CPC 17 (R1) – Contratos de Construção – Deliberação CVM nº 691 de 08 de novembro de 2012;
- CPC 30 (R1) – Receitas – Deliberação CVM nº 692 de 08 de novembro de 2012;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012;
- CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Deliberação CVM nº 684 de 30 de agosto de 2012;
- ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – Deliberação CVM nº 683 de 30 de agosto de 2012; e
- ICPC 09 (R1) – Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
– Deliberação CVM nº 687 de 04 de outubro de 2012.

Os pronunciamentos (novos ou revisados) e as interpretações listados a seguir, que foram emitidos pelo CPC e deliberados pela CVM, possuem aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. São eles:

- CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto – Deliberação CVM nº 694 de 23 de novembro de 2012;
- CPC 45 – Divulgação de participações em outras entidades – Deliberação CVM nº 697 de 13 de dezembro de 2012;
- CPC 46 – Mensuração do valor justo – Deliberação CVM nº 699 de 20 de dezembro de 2012

A Companhia não adotou de forma antecipada os referidos pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras, resumidas no quadro abaixo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, fundo 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

	Tipo de Aplicação	2012	2011
Caixa			
	Depósitos bancários à vista.....	212	3.367
Aplicações Financeiras			
	Banco do Brasil S.A. - SIAFEM.. Fundo	512.995	423.683
	Banco Bradesco S.A. CDB / CDI	5	621
	Outras instituições..... CDB / CDI	313	7.441
		<u>513.313</u>	<u>431.745</u>
		<u>513.525</u>	<u>435.112</u>

6 VALORES A RECEBER

O quadro a seguir, resume os valores a receber de acordo com a classe de receita, sendo que a descrição de cada classe é apresentada nos subtópicos seguintes:

	2012		2011	
	Vincendos	Vencidos há mais de 90 dias (Nota 7)	Total	Total
Consumidores				
Industrial.....	64.487	4.172	68.659	59.505
Comercial.....	-	-	-	268
Serviços públicos.....	11.087	-	11.087	20.479
	<u>75.574</u>	<u>4.172</u>	<u>79.746</u>	<u>80.252</u>
Revendedores				
Contratos de compra de energia.....	8.555	-	8.555	7.702
Agentes comercializadores.....	34.549	-	34.549	26.426
Leilões de energia.....	242.879	9.748	252.627	238.568
	<u>285.983</u>	<u>9.748</u>	<u>295.731</u>	<u>272.696</u>
Energia Livre / CCEE				
Energia Livre (RTE) (Nota 7).....	-	13.712	13.712	14.160
CCEE.....	-	-	-	33.103
	<u>-</u>	<u>13.712</u>	<u>13.712</u>	<u>47.263</u>
Total.....	<u>361.557</u>	<u>27.632</u>	<u>389.189</u>	<u>400.211</u>

6.1 Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 31 de dezembro de 2012, a concentração dos dez principais clientes é de 40% do total da carteira (42% em 31.12.2011).

6.2 Energia Livre – RTE

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de repasse de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 13.712.

6.3 Energia de Curto Prazo – CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE “versus” o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No período findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia comercializou o montante de R\$ 344.071 (R\$ 148.245 em 31.12.2011) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 24.3).

7 PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS

A Companhia mantém registrada provisão para perda estimada de créditos, cuja movimentação e saldo tem a seguinte composição:

Devedor	31.12.2011	Adições / Baixas	31.12.2012
Consumidores (a).....	(4.172)	-	(4.172)
Leilões de energia (b).....	-	(9.748)	(9.748)
Valores a Receber - CCEE (c).....	(3.824)	3.824	-
Energia Livre (RTE) (Nota 6).....	-	(13.712)	(13.712)
Outros Créditos (d).....	(14.312)	(4.951)	(19.263)
	(22.308)	(24.587)	(46.895)

- (a) Para cobertura de prováveis riscos na realização de saldos de consumidores;
- (b) Constituída originalmente em face de recuperação judicial da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.;
- (c) Mediante retirada da liquidação no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia – CCEE sobre o desligamento de um dos clientes da Companhia, por descumprimento de obrigação, a Companhia reverteu a provisão para perda estimada de créditos no valor de R\$ 3.824;
- (d) Relacionados a outros recebíveis registrados como outros créditos (Nota 9a);

8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	2012	2011
Circulante		
Imposto de renda (a).....	3.045	9.290
Contribuição social (b).....	811	1.538
COFINS a compensar	2.095	3.016
PIS a compensar.....	705	799
	6.656	14.643

- (a) Saldo remanescente de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.
- (b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de recolhimento por estimativa, atualizados pela SELIC, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

9 OUTROS CRÉDITOS

	2012	2011
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	1.402	974
Créditos diversos (a)	25.719	17.698
FIDC - conta vinculada.....	24.236	26.530
Ordens de projetos - P & D.....	28.903	34.721
Créditos de diferença quotas de RGR - 2009 (Eletrobrás)...	349	349
DAEE - Cessão de créditos (b)	29.893	16.486
Outros.....	1.034	1.082
	<u>111.536</u>	<u>97.840</u>
Não Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	2.309	3.066
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361
DAEE - Cessão de créditos (b)	-	15.112
Outros.....	1.198	-
	<u>4.868</u>	<u>19.539</u>
Total.....	<u>116.404</u>	<u>117.379</u>

- (a) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para perda estimada de créditos no montante total de R\$ 19.263 (Nota 7).
- (b) Contrato firmado em 30 de novembro de 2011, com o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, para recebimento em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de juros de 0,3% a.m., referente à cessão de créditos (repasso financeiro), com vencimento final em 30 de novembro de 2013.

10 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2012	2011
Circulante		
Cauções e depósitos vinculados		
Depósitos vinculados (a).....	65.750	-
Não Circulante		
Depósitos Judiciais (b)		
Ações cíveis.....	153.118	149.320
Ações trabalhistas - recursais	35.721	29.507
Ações tributárias.....	30.424	32.063
Ações ambientais (c)	303.272	165.469
	<u>522.535</u>	<u>376.359</u>
Cauções		
Depósitos vinculados - CCEE (d)	29.400	9.860
Quotas subordinadas - FIDC (e)	76.266	75.820
	<u>105.666</u>	<u>85.680</u>
	<u>628.201</u>	<u>462.039</u>
Total.....	<u>693.951</u>	<u>462.039</u>

- (a) Refere-se à aquisição de US\$ 32.175 mil efetuada em novembro de 2012, a ser utilizada para pagamento de juros dos empréstimos Bônus séries 7 e 8, em janeiro e fevereiro de 2013, respectivamente (Notas 12.2 (3) e 12.3 (5));
- (b) Do total de depósitos judiciais, está relacionado com provisões para riscos legais, em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 522.535 (R\$ 376.359 em 31.12.2011; Nota 20);

- (c) O aumento verificado em depósitos ambientais decorre de penhoras judiciais em processos relacionados ao descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC (Nota 20.4);
- (d) Crédito caucionado junto à CCEE, em conta mantida no Banco Bradesco S/A. O valor de 2011 foi reclassificado de Aplicações Financeiras – Banco Bradesco S.A. CDB / CDI (Nota 5);
- (e) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório/FIDC (IV – 72 quotas), que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

11 IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 11.1 a 11.4 tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação	Depreciação		
		Custo Total	Acumulada	Líquido
Em Serviço				
Terrenos.....		1.082.925	-	1.082.925
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,0%	25.604.515	(16.000.246)	9.604.269
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	1,8%	7.570.675	(5.710.780)	1.859.895
Máquinas e Equipamentos.....	1,5%	8.401.227	(6.329.039)	2.072.188
Veículos.....	0,9%	6.774	(6.435)	339
Móveis e Utensílios.....	7,1%	27.616	(19.050)	8.566
		<u>42.693.732</u>	<u>(28.065.550)</u>	<u>14.628.182</u>
Em Curso				
Terrenos.....		1.894	-	1.894
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		117.909	-	117.909
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....		54.528	-	54.528
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..		191.449	-	191.449
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....		108.437	-	108.437
Depósitos Judiciais.....		72.031	-	72.031
Outros.....		7.136	-	7.136
		<u>553.384</u>	<u>-</u>	<u>553.384</u>
Total		<u>43.247.116</u>	<u>(28.065.550)</u>	<u>15.181.566</u>
				<u>15.841.006</u>

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº. 474, que estabeleceu as novas taxas anuais de depreciação, para os ativos em serviço outorgado do setor elétrico, determinando que as concessionárias procedam ao cálculo e à contabilização das novas quotas periódicas de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2012. As taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia, para os bens vinculados de geração, são de 2% a 6,67%. Até 2011, vigoraram as taxas anuais de depreciação de 2% a 7,1% (Resolução Normativa ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009).

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	Saldo em 31.12.2011	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação (*)	(Baixas)	Saldo em 31.12.2012
Em Serviço							
Terrenos.....	1.059.395	-	-	23.530	-	-	1.082.925
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	10.137.593	-	(512.393)	-	(20.931)	-	9.604.269
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2.007.208	-	(135.875)	-	(10.766)	(672)	1.859.895
Máquinas e Equipamentos.....	2.280.146	-	(124.769)	26.139	(100.431)	(8.897)	2.072.188
Veículos.....	1.335	-	(182)	38	(852)	-	339
Móveis e Utensílios.....	11.425	-	(2.110)	153	(901)	(1)	8.566
	<u>15.497.102</u>	<u>-</u>	<u>(775.329)</u>	<u>49.860</u>	<u>(133.881)</u>	<u>(9.570)</u>	<u>14.628.182</u>
Em Curso							
Terrenos.....	1.894	7.357	-	(23.530)	-	16.173	1.894
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	58.731	61.046	-	-	(1.868)	-	117.909
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	11.020	2.082	-	-	41.426	-	54.528
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	90.497	34.146	-	(17.420)	84.226	-	191.449
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	79.787	19.476	-	(7.792)	16.966	-	108.437
Depósitos Judiciais.....	91.657	2.532	-	-	-	(22.158)	72.031
Outros.....	10.318	4.805	-	(1.118)	(6.869)	-	7.136
	<u>343.904</u>	<u>131.444</u>	<u>-</u>	<u>(49.860)</u>	<u>133.881</u>	<u>(5.985)</u>	<u>553.384</u>
Total	<u>15.841.006</u>	<u>131.444</u>	<u>(775.329)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.555)</u>	<u>15.181.566</u>

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação	(Baixas)	Saldo em 31.12.2011
Em Serviço							
Terrenos.....	1.044.545	-	-	14.852	-	(2)	1.059.395
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	10.651.905	-	(514.312)	-	-	-	10.137.593
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2.141.982	-	(134.729)	-	-	(45)	2.007.208
Máquinas e Equipamentos.....	2.373.613	-	(129.465)	37.131	-	(1.133)	2.280.146
Veículos.....	2.690	-	(1.508)	139	-	14	1.335
Móveis e Utensílios.....	12.579	-	(1.628)	859	-	(385)	11.425
	<u>16.227.314</u>	<u>-</u>	<u>(781.642)</u>	<u>52.981</u>	<u>-</u>	<u>(1.551)</u>	<u>15.497.102</u>
Em Curso							
Terrenos.....	480	16.266	-	(14.852)	-	-	1.894
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	42.270	16.461	-	-	-	-	58.731
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	9.381	1.639	-	-	-	-	11.020
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	69.184	31.892	-	(10.579)	-	-	90.497
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	55.050	50.189	-	(26.548)	-	1.096	79.787
Depósitos Judiciais.....	68.344	23.313	-	-	-	-	91.657
Outros.....	4.826	6.494	-	(1.002)	-	-	10.318
	<u>249.535</u>	<u>146.254</u>	<u>-</u>	<u>(52.981)</u>	<u>-</u>	<u>1.096</u>	<u>343.904</u>
Total	<u>16.476.849</u>	<u>146.254</u>	<u>(781.642)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(455)</u>	<u>15.841.006</u>

(*) A Companhia procedeu à reclassificação entre contas, em virtude da conclusão da atualização do sistema de controle patrimonial, e conseqüente reconciliação desse com o saldo contábil.

11.1 Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso inclui, principalmente, gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos relevantes para o parque gerador.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R\$ 72.031 (R\$ 91.657 em 31.12.2011), iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina de Porto Primavera e outras demandas de usinas da CESP.

Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009, deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 25.2).

11.2 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupadas em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW (*)	Garantia Física (*) MW Médio (a)	Entrada em Operação (b)	Prazo de Concessão
Ilha Solteira	20	3.444,00	1.731,5	18.07.73	07.07.15
Jupia	14	1.551,20	886,0	14.04.69	07.07.15
Três Irmãos (c) (Nota 1.3)	5	811,45	217,5	28.11.93	18.11.11
Engenheiro Sérgio Motta	14	1.540,00	1.017,0	23.01.99	21.05.28
Jaguari	2	27,60	14,0	05.05.72	20.05.20
Paraibuna	2	85,00	50,0	20.04.78	09.03.21
		7.459,25	3.916,0		(d)

- (a) Garantia física fornecida pela Portaria MME nº 32, de 05/03/2013.
 (b) Data de entrada em operação do primeiro Grupo Gerador.
 (c) Potência instalada fornecida pelo Despacho ANEEL nº 2.762, de 04/09/2012.
 (d) Da garantia física da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

(*) Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes.

11.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

11.4 Custo atribuído (deemed cost)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores justos estimados por avaliadores independentes.

A Companhia entende por valor justo, o valor novo de reposição das usinas, depreciados pelas taxas de depreciação da ANEEL.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R\$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

Usina	01.01.2009		
	Custo atribuído limitado ao valor de recuperação	Valor contábil	Mais (menos) valia
Porto Primavera	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira + Três Irmãos	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupia	1.207.288	275.394	931.894
Paraibuna	141.296	20.905	120.391
Jaguari	45.618	3.044	42.574
Total	18.091.775	14.538.497	3.553.278
Impostos diferidos			(1.208.115)
Efeito no patrimônio líquido			2.345.163

Movimentação:

	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
	R\$	Passivo R\$	R\$
Saldo inicial em 01/01/2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realização no exercício.....	(300.574)	102.195	(198.379)
Saldo em 31/12/2009	3.252.704	(1.105.920)	2.146.784
Realização no exercício.....	(301.684)	102.573	(199.111)
Saldo em 31/12/2010.....	2.951.020	(1.003.347)	1.947.673
Realização no exercício.....	(302.303)	102.783	(199.520)
Saldo em 31.12.2011.....	2.648.717	(900.564)	1.748.153
Realização no exercício.....	(302.217)	102.754	(199.463)
Saldo final em 31.12.2012.....	2.346.500	(797.810)	1.548.690

11.5 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do custo contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando os seguintes componentes e premissas:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrangeu o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens avaliado ao custo de reposição depreciado (valor novo de reposição depreciado) pelas taxas estabelecidas pelo Poder Concedente até a data do vencimento da concessão;
- Taxa de desconto compatível com o mercado (2009: 6,69%; 2010: 6,24%; 2011: 5,70%; 2012: 4,95% a.a. líquida de imposto de renda);
- As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos passaram a ser tratadas como Unidades Geradoras de Caixa independentes, deixando de serem consideradas de forma integrada (complexo integrado), conforme dados fornecidos pela Portaria MME nº 32, publicada em 05 de março de 2013.
- Para a usina de Três Irmãos, cuja concessão venceu em 18 de novembro de 2011, não foi considerado o fluxo de caixa das operações. A Companhia protocolou pedido de renovação em tempo hábil e não recebeu o retorno do Poder Concedente até a presente data. Esta usina será operada pela Companhia até decisão do Poder Concedente.

Em 1º de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial (“PI”) 580, o Ministério de Minas e Energia (“Poder Concedente”), informou o valor da indenização dos ativos para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579. Essa Portaria mencionou que os estudos para determinação do valor das indenizações foram realizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE considerando o Valor Novo de Reposição a preços de junho de 2012. Em 14 de novembro de 2012, a Companhia protocolou um pedido de esclarecimentos junto ao Poder Concedente, para obter informações, dentre outras, sobre os critérios utilizados para a determinação do valor de indenização mencionado. Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia formalizou sua decisão em não renovar as concessões conforme as condições estabelecidas pela MP 579. Não houve resposta por parte do Poder Concedente até a presente data, portanto o valor de indenização utilizado para fins de análise de “impairment” é a melhor estimativa da Administração considerando a interpretação do contrato de concessão vigente.

As projeções de resultado revisadas pela Administração, em 31 de dezembro de 2012, não indicaram problema de recuperação dos bens integrantes do ativo imobilizado (unidades geradoras de caixa).

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1 Composição

	2012				2011			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras (1) ..	1.574	56.542	28.271	86.387	2.429	80.968	77.852	161.249
BNDES (2)	1.788	82.786	633.583	718.157	2.087	66.872	657.570	726.529
Medium Term Notes (3)	14.244	449.570	-	463.814	14.315	-	412.676	426.991
Outras Instituições	45	222	989	1.256	46	317	1.288	1.651
	<u>17.651</u>	<u>589.120</u>	<u>662.843</u>	<u>1.269.614</u>	<u>18.877</u>	<u>148.157</u>	<u>1.149.386</u>	<u>1.316.420</u>
Moeda Nacional								
Instituições Financeiras (4) ..	926	49.183	45.516	95.625	18.084	196.558	77.990	292.632
Notas de Médio Prazo (5)	41.682	-	1.025.091	1.066.773	39.002	-	960.235	999.237
ELETROBRÁS (6)	12	5.215	30.549	35.776	13	5.215	35.764	40.992
	<u>42.620</u>	<u>54.398</u>	<u>1.101.156</u>	<u>1.198.174</u>	<u>57.099</u>	<u>201.773</u>	<u>1.073.989</u>	<u>1.332.861</u>
	<u>60.271</u>	<u>643.518</u>	<u>1.763.999</u>	<u>2.467.788</u>	<u>75.976</u>	<u>349.930</u>	<u>2.223.375</u>	<u>2.649.281</u>

12.2 Informações sobre operações em Moeda Estrangeira

- (1) Devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, e integra a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e o saldo de principal é composto como segue:

Tipo	Anos		Amortização	Taxa de Juros (%) a.a.	Principal	
	Venc.to. (b)	Carência (b)			2012	2011
Bônus de Conversão da			17 parcelas			
Dívida (a)	18	10	semestrais	LIBOR semestral + 7/8	-	29.066
Bônus de Capitalização (a)	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - 8,00		
					<u>84.813</u>	<u>129.754</u>
					<u>84.813</u>	<u>158.820</u>

- (a) Possuem garantia do Governo do Estado de São Paulo.
(b) A partir de 15 de abril de 1994.

- (2) O saldo de principal de R\$ 716.369 (R\$ 724.442 em 31.12.2011) refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em 4 de setembro de 2002, cujo montante original é de US\$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de “spread” básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do “Plano Brady”, referente a “Bônus ao Par” no valor de US\$ 325.516 mil e “Bônus de Desconto” no valor de US\$ 227.134 mil.
- (3) Série 7 (ISIN nº US12517GAE52): saldo de principal de R\$ 449.570 (R\$ 412.676 em 31.12.2011) referente ao lançamento de notas de médio prazo, ocorrido em 11 de agosto de 2006, no valor de US\$220 milhões, através dos bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 9,25% a.a. e vencimento único dos títulos em agosto de 2013. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.

Estes títulos integram o Programa de Notas de Médio Prazo da Companhia, no valor original de US\$ 700 milhões em 2001, aditado para US\$ 800 milhões em maio de 2002, US\$ 975 milhões em agosto de 2006 e US\$ 1,4 bilhões em janeiro de 2007.

As notas de médio prazo possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando-a de firmar

contratos de arrendamento na forma de "Sale and Leaseback" e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

12.3 Informações sobre operações em Moeda Nacional

- (4) Nesta rubrica estão registradas operações com instituições financeiras nacionais, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:
- (a) Valor de principal composto por saldo de R\$ 61.479 (R\$ 104.755 em 31.12.2011), referente ao contrato com a União (BNDES/BIBS), com amortização mensal até março de 2014 e garantia do Governo do Estado, acrescido de juros de 8,38119% a.a., indexado de duas formas:
- Saldo de R\$ 48.373 (R\$ 83.717 em 31.12.2011), referente a parte dos direitos adquiridos do BNDES pela União, indexados pela TJLP com redutor de 6% a.a.
- Saldo de R\$ 13.106 (R\$ 21.038 em 31.12.2011), referente ao acordo denominado BIBS – *Brazil Investment Bond Exchange Agreement* – títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em troca de obrigações financeiras garantidas pela União com os bancos comerciais estrangeiros, indexadas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado/IGP-M.
- (b) Em 15 de janeiro de 2011, a Companhia efetuou o lançamento de 150 notas promissórias comerciais (*commercial papers*), no valor individual de R\$ 1.000, com juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 106% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, CDI *over* extra grupo, base 252 dias, com vencimento único em 26 de janeiro de 2012. As notas promissórias foram liquidadas no seu vencimento.
- (c) Em 1º de abril de 2011, a Companhia efetuou a contratação de FINAME junto ao ITAÚ/BBA para reparo de 4 máquinas para as unidades geradoras da UHE de Ilha Solteira, a ser liberado em 4 parcelas de R\$ 10.000 cada, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros trimestrais de 4,15% a.a., com vencimento em 3 parcelas no final em 48 meses (15.04.2015). O saldo do principal em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 33.220 (R\$ 19.793 em 31.12.2011).
- (5) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, no valor de R\$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% a.a., com vencimento único de principal em 15 de janeiro de 2015. O saldo de principal desta operação em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.025.091 (R\$ 960.235 em 31.12.2011).
- (6) Saldo de principal de R\$ 35.764 (R\$ 40.979 em 31.12.2011), referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:
- (a) Saldo de R\$ 34.592 (R\$ 39.593 em 31.12.2011) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina de Porto Primavera, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de novembro de 2019.
- (b) Saldo de R\$ 1.172 (R\$ 1.386 em 31.12.2011) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de Instrumento de Reconhecimento de Débito/IRD, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 15 de agosto de 2020.

12.4 O saldo devedor de principal em moeda estrangeira apresenta a seguinte composição:

Moeda	2012			2011		
	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%
US\$.....	1.251.963	612.656	100,00	1.297.543	691.728	100,00
	<u>1.251.963</u>	<u>612.656</u>	<u>100,00</u>	<u>1.297.543</u>	<u>691.728</u>	<u>100,00</u>

12.5 O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 31 de dezembro de 2012, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (*) (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
2014.....	57.636	117.779	17.459	135.238
2015.....	47.265	96.586	1.063.475	1.160.061
2016.....	51.053	104.326	5.163	109.489
De 2017 a 2020.....	167.972	343.251	15.059	358.310
De 2021 a 2024.....	441	901	-	901
	<u>324.367</u>	<u>662.843</u>	<u>1.101.156</u>	<u>1.763.999</u>

(*) Convertido para US\$ à taxa de R\$ 2,0435 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1,8758 em 31.12.2011).

12.6 As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

Nos Exercícios	US\$	IPCA	TR	IGP-M	IGP-DI
2012	8,94	5,84	0,32	7,82	8,10
2011	12,58	6,50	1,27	5,10	5,00

13 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

	2012			2011	
	Circulante		Não Circulante	Total	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total
- FIDC IV.....	2.041	285.540	714.948	1.002.529	1.194.358
	<u>2.041</u>	<u>285.540</u>	<u>714.948</u>	<u>1.002.529</u>	<u>1.194.358</u>

Para projeção de vencimentos, vide Nota 29.1.

13.1 FIDC IV

Em 18 de junho de 2007 ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R\$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 8 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% a. a. O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no ambiente regulado.

Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia. A Companhia possui cauções em quotas subordinadas desta operação no montante de R\$ 76.266 (Nota 10).

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

14 VALORES A PAGAR

Credor	Objeto	2012			2011	
		Circulante		Não Circulante	Total	Total
		Encargos	Principal	Principal		
ELETROBRÁS - Energia de ITAIPU, Própria e						
	Transporte de Potência (a)	457	39.811	73.836	114.104	136.608
	- Refinanciamento (b)	42	6.081	2.548	8.671	13.065
		499	45.892	76.384	122.775	149.673

- (a) Saldo remanescente de contrato de refinanciamento de aquisição de energia, sem a prestação de garantias adicionais por parte da Companhia, celebrado em 14 de julho de 1998, com prazo de 168 meses e atualização pela variação anual do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente. O mesmo foi repactuado através de aditivo celebrado em 22 de dezembro de 2004, com carência de 12 meses, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento final em 15 de outubro de 2015.
- (b) Refere-se a termo aditivo ao contrato referido no item "a", celebrado em 22 de dezembro de 2004, a título de refinanciamento de parcelas vencidas e não pagas entre agosto de 2003 e julho de 2004, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, nas mesmas condições do contrato original, com vencimento final em 15 de maio de 2014.

Para projeção de vencimentos, vide Nota 29.1.

15 DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, FIDC E VALORES A PAGAR
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

MOEDA	CONTRATO	MOEDA	Nota Explicativa	Encargos Financeiros Anuais (%)	Vencimento Final	Periodicidade de Pagamentos		Encargos Circulante	Não Circulante	2012		2011	
						Encargos	Principal			Total	Total	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA													
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS													
US\$	BRADY - CAPITALIZAÇÃO	US\$	13.2 item 1	Taxa Fixa = 8% a.a.	abr-2014	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	1.574	28.271	662.843	1.269.614	1.316.420	1.316.420
US\$	BRADY - CONVERSÃO	US\$	13.2 item 1	0,875% a.a.+ LIBOR	abr-2012	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	1.574	28.271	86.387	161.249	132.069	132.069
US\$	BRADY	US\$	13.2 item 2	2,86% a.a.+ UMBNDES	abr-2019	(Fev./Abr./Jun./Ago./Out./Dez)	(Fev./Abr./Jun./Ago./Out./Dez)	1.788	633.583	-	718.157	726.529	29.190
US\$	MEDIUM TERM NOTES	US\$	13.2 item 3	Taxa Fixa = 9,25% a.a.	ago-2013	Sem. (Fev. e Ago.)	Parcela Única no Final	14.244	449.570	-	463.814	426.991	426.991
US\$	SÉRIE 7	US\$	13.2 item 3	Taxa Fixa = 9,25% a.a.	ago-2013	Sem. (Fev. e Ago.)	Parcela Única no Final	14.244	449.570	-	463.814	426.991	426.991
US\$	OUTRAS INSTITUIÇÕES	US\$						45	222	989	1.256	1.651	1.651
US\$	ELETROPÁULO	US\$		Div (0,8125% a.a.+ LIBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	45	222	989	1.256	1.651	1.651
MOEDA NACIONAL													
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS													
R\$	B. BRASIL - (BNDES / BIBS)	R\$	13.3 item 4	8,38119% a.a.+ (IGP-M/TJLP - 6% a.a.)	mar-2014	Mensal	Mensal	926	49.183	45.516	95.625	292.632	292.632
R\$	BRASESCO BBI	R\$	13.3 item 4	106% CDI	jan-2012	Final	Parcela Única no Final	414	49.183	12.296	61.893	105.460	105.460
R\$	BNDES - Fname ITAU-BBA	R\$		(TJLP + 4,15% a.a.)	abr-2015	Trimestral	3 Parcelas no final	-	-	-	-	166.976	166.976
R\$	MEDIUM TERM NOTES	R\$						512	33.220	-	33.732	20.196	20.196
R\$	BÔNUS - SÉRIE 8	R\$	13.3 item 5	9,75% a.a.+ IPC-A	jan-2015	Sem. Jan. e Jul.	Parcela Única no Final	41.682	-	1.025.091	1.066.773	993.237	993.237
R\$	ELETROBRÁS - RGR	R\$	13.3 item 6	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal	Mensal	12	5.215	30.549	35.776	40.992	40.992
R\$	ELETROBRÁS - IRD	R\$		Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020	Trim. (Fev./Mai./Ago./Nov)	Trim. (Fev./Mai./Ago./Nov)	-	29.591	34.592	39.593	39.593	39.593
R\$	FIDC IV	R\$						12	214	958	1.184	1.389	1.389
R\$	OUTRAS DÍVIDAS	R\$	14					2.540	331.432	791.332	1.125.304	1.344.031	1.344.031
R\$	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	R\$						2.041	285.540	714.948	1.002.529	1.194.358	1.194.358
R\$	VALORES A PAGAR	R\$	15 item (a) e (b)	10% a.a.+ IGP-M	out-2015	Mensal	Mensal	2.041	285.540	714.948	1.002.529	1.194.358	1.194.358
R\$	ELETROBRÁS (FURNAS/ITAIPU)	R\$						499	45.892	76.384	122.775	149.673	149.673
TOTAL GERAL								62.811	974.950	2.555.331	3.593.092	3.993.312	3.993.312

15.1 Movimentação de Empréstimos e financiamentos, FIDC e Valores a pagar

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Valores a Pagar	Total
Saldo inicial em 31.12.2010	1.129.961	1.640.083	1.324.676	173.251	4.267.971
Ingressos	169.793	-	-	-	169.793
Juros e Comissões	107.041	97.026	24.073	15.762	243.902
Variação Monetária	76.362	-	138.213	7.138	221.713
Variação Cambial	-	149.761	-	-	149.761
Amortização de Principal	(47.390)	(465.954)	(292.604)	(35.764)	(841.712)
Amortização de Juros	(102.906)	(104.496)	-	(10.714)	(218.116)
Saldo em 31.12.2011	1.332.861	1.316.420	1.194.358	149.673	3.993.312
Ingressos.....	13.427	-	-	-	13.427
Juros e Comissões.....	104.789	97.975	20.814	13.662	237.240
Variações Monetárias.....	67.361	-	89.560	9.195	166.116
Variações Cambiais.....	-	105.611	-	-	105.611
Amortização de Principal.....	(199.718)	(155.615)	(302.203)	(38.464)	(696.000)
Amortização de Juros.....	(120.546)	(94.777)	-	(11.291)	(226.614)
Saldo final em 31.12.2012	1.198.174	1.269.614	1.002.529	122.775	3.593.092

16 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2012	2011
Circulante		
COFINS s/ receitas	20.280	18.682
PIS s/ receitas	4.403	4.056
ICMS s/ fornecimento de energia (substituição tributária).....	438	400
Imposto de renda s/lucro.....	3.267	29.535
Contribuição social s/lucro.....	1.795	12.130
Imposto de renda s/ remessa ao exterior.....	-	7.999
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	5.543	5.850
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços.....	1.608	1.110
Tributos e contribuições sociais - parcelamento ordinário (a).....	4.173	-
Tributos e contribuições sociais - parcelamento REFIS (b).....	20.165	29.434
	<u>61.672</u>	<u>109.196</u>
Não Circulante		
Tributos e contribuições sociais - parcelamento REFIS (b).....	7.170	25.538
	<u>68.842</u>	<u>134.734</u>

(a) Refere-se a parcelamento ordinário de débitos remanescentes de PIS e COFINS, em 6 (seis) parcelas, referente aos anos-calendários 2000/2001, vinculados a processo administrativo de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL, homologado parcialmente pela Secretaria da Receita Federal;

(b) Movimentação:

Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (b) (CP) 12/2011....	29.434
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (b) (LP) 12/2011....	25.538
Saldo em 31.12.2011.....	54.972
(+) Atualização/juros.....	2.837
(-) Pagamentos.....	(30.474)
Saldo em 31.12.2012.....	<u>27.335</u>

**Composição:**

	2012			2011
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Dívidas Previdenciárias - RFB.....	17.208	7.170	24.378	38.853
Dívidas Tributárias - PGFN.....	2.957	-	2.957	6.077
Dívidas Tributárias - RFB.....	-	-	-	10.042
	20.165	7.170	27.335	54.972

Quando da consolidação, foram efetuadas as opções de prazo disponibilizadas, sendo que a Companhia optou pelos prazos de pagamento em (i) dívidas previdenciárias: 36 parcelas; (ii) dívidas tributárias – PGFN: 29 parcelas e (iii) dívidas tributárias – RFB: 13 parcelas. O primeiro recolhimento foi efetuado em junho/2011, sendo as parcelas mensais atualizadas pela SELIC.

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 2.940.656, sendo: R\$ 2.199.262 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R\$ 1.083.811 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 1.115.451), e de contribuição social de R\$ 741.394 (formado por base negativa de R\$ 339.832 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 401.562).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2012, de créditos de prejuízos fiscais – imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

As projeções e a correspondente realização dos créditos consideram o prazo limite de cada concessão. Para as concessões vincendas até 2015, o prazo considerado encerra-se com o prazo da concessão. Para as demais concessões o prazo é limitado a 10 anos.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2009 a 2016, de 2009 a 2038 e de 2010 a 2039 (Nota 1.2); contratos de compra e venda de energia com pequenas distribuidoras; de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2022; a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

Não foram preparadas projeções para períodos superiores a 10 anos, dada a subjetividade e incerteza atreladas às concessões.

Composição dos saldos:

	LÍQUIDO (PASSIVO)	
	2012	2011
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais registrados (a)	603.680	695.375
Prejuízos fiscais (não registrados).....	480.131	481.776
Diferenças intertemporais (não registradas).....	1.115.451	1.022.398
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	(586.625)	(662.179)
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b) ...	(153.366)	(212.484)
	<u>1.459.271</u>	<u>1.324.886</u>
Contribuição social		
Base negativa registrada (a)	224.781	250.687
Base negativa (não registrada).....	115.051	124.079
Diferenças intertemporais (não registradas).....	401.562	368.063
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	(211.185)	(238.385)
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b) ...	(55.212)	(76.494)
	<u>474.997</u>	<u>427.950</u>
Provisão sobre créditos tributários não registrados	<u>(2.112.195)</u>	<u>(1.996.316)</u>
	<u>(177.927)</u>	<u>(243.480)</u>

(a) Em 2012, o movimento líquido foi de R\$ 117.601, sendo realizado o valor de R\$ 128.274, sendo compensado com impostos correntes e apropriado a débito do resultado, o valor de R\$ 93.340, referente a prejuízo fiscal, e R\$ 34.934 de base negativa (Nota 27), em contraposição ao complemento do valor de créditos fiscais diferidos a crédito do resultado, no montante de R\$ 10.673, sendo R\$ 1.645 referente a prejuízos fiscais e R\$ 9.028 de base negativa.

(b) A realização do passivo diferido refere-se principalmente ao Ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 102.754 e liquidação de empréstimos no valor de R\$ 80.400.

Desde o exercício de 2003, a Companhia adota o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados (Nota 27).

O imposto de renda (R\$603.680) e a contribuição social (R\$224.781) diferidos, totalizando R\$ 828.461, deverão ser realizados no período de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

Exercício	Exercícios							Total
	2013	2014	2015	2016	2017	2018 à 2020	2021 e 2022	
Parcela Estimada de Realização	269.933	142.453	254.211	29.216	24.607	69.331	38.710	828.461

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

18 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	2012		2011
	Circulante	Não Circulante	Total
- Contrato de Benefício Suplementar			
Proporcional Saldado - BSPS:.....	10.325	40.439	50.764
- Contrato de Dívida - outros.....	20.629	80.796	101.425
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	-	154.681	(192.557)
	<u>30.954</u>	<u>275.916</u>	<u>306.870</u>
			<u>5.547</u>

18.1 Planos de Benefícios

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado/BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

18.2 Demonstração do Passivo a ser registrado de acordo com CPC 33/IAS 19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2012, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33/IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos – BD é como segue:

18.2.1 Premissas Atuariais

	Taxas Reais	Taxas Nominais	
	2012	2012	2011
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial.....	3,75%	7,90%	9,72%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	6,30%	10,55%	9,72%
Taxa de crescimento salarial.....	3,00%	7,12%	7,12%
Taxa de inflação.....		4,00%	4,00%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada.....		4,00%	IGP-DI
Taxa de rotatividade.....		nula	nula
Tábua de mortalidade geral.....		AT - 83	AT - 83
Tábua de entrada em invalidez.....		LIGHT-FRACA	(LIGHT-FRACA + LIGHT-MÉDIA)/2
Tábua de mortalidade de inválidos.....		AT - 49	AT - 49
Nº de participantes ativos.....		1224	1.285
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez.....		4.118	4.125
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez.....		205	209
Nº de participantes inativos - pensionistas.....		830	803

18.2.2 Avaliação Atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A Companhia, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2005, optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

Plano BSPS – Cobertura BD vigente até 31 de dezembro de 1997:

Trata-se de cobertura do tipo Benefício Definido relativa a um Benefício Definido Saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (B.S.P.S.), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31/12/97, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pelas insuficiências atuariais dessa cobertura é da Patrocinadora CESP.

(a) Conciliação dos ativos e passivos do Plano

	2012	2011
Valor da obrigação atuarial líquida.....	(4.421.752)	(3.528.371)
Valor justo dos ativos dos planos.....	4.114.882	3.522.824
Total do ativo (passivo) líquido	(306.870)	(5.547)

(b) Movimentação do passivo do Plano

	2012	2011
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	(3.528.371)	(3.312.481)
Custo dos juros.....	(329.745)	(339.198)
Perda atuarial.....	(836.823)	(134.490)
Benefícios pagos.....	273.187	257.798
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	(4.421.752)	(3.528.371)

(c) Movimentação do ativo do plano

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valor justo do ativo do plano	3.522.824	3.384.338
Contribuição do empregador.....	40.879	40.778
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	332.499	381.753
Ganho / (perda) dos ativos.....	491.867	(26.247)
Benefícios pagos.....	<u>(273.187)</u>	<u>(257.798)</u>
Valor justo do ativo do plano	<u>4.114.882</u>	<u>3.522.824</u>

(d) Movimentação do passivo contábil da CESP

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo inicial	5.547	-
(Receita) despesa do exercício.....	(2.754)	(42.555)
Contribuições pagas.....	(40.879)	(40.778)
(Ganho) / perda atuarial.....	344.956	88.880
Saldo final	<u>306.870</u>	<u>5.547</u>

(e) Despesa / (Receita) estimada para 2013

	<u>2013</u>
Custo dos juros sobre obrigações atuariais.....	337.984
Rendimento dos investimentos dos ativos do plano.....	(315.177)
Total da despesa	<u>22.807</u>

Plano BD – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997:

Trata-se de cobertura do Tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade, limitado o salário mensal a 10 vezes o valor da Unidade de Referência - URE, que corresponde ao valor de R\$ 1.031,87 na data da implantação do Plano, atualizado nas mesmas épocas e nos mesmos índices de reajustamento geral de salário concedido pela Patrocinadora, deduzindo-se, dos 70% dessa média salarial mensal real, o correspondente ao valor médio real da Unidade de Referência - URE relativa também aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31/12/97) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais dessa Cobertura é compartilhada paritariamente entre a Patrocinadora e os participantes (inclusive os assistidos) e, portanto, somente 50% da insuficiência do Ativo do Plano para cobrir o valor presente da obrigação atuarial do Plano será de responsabilidade da Patrocinadora CESP.

(a) Conciliação dos ativos e passivos do Plano

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valor da obrigação atuarial líquida.....	(528.780)	(380.409)
Valor justo dos ativos dos planos.....	559.986	445.559
Total do ativo (passivo) líquido	<u>31.206</u>	<u>65.150</u>

(b) Movimentação do passivo do Plano

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	(380.409)	(344.627)
Custo dos serviços correntes.....	(4.427)	(5.141)
Custo dos juros.....	(36.678)	(33.498)
Ganho / (perda) atuarial.....	(115.697)	(2.129)
Benefícios pagos.....	8.431	7.897
Transferência de Contrib. Definida a Benefício Definido (CD a BD)....	-	(2.911)
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	<u>(528.780)</u>	<u>(380.409)</u>

(c) Movimentação do ativo do plano

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valor justo do ativo do plano	445.559	397.431
Contribuição do empregador.....	5.154	5.094
Contribuições do empregado.....	5.703	1.332
Rendimento dos ativos do plano.....	112.001	46.668
Benefícios pagos.....	(8.431)	(7.897)
Valor justo do ativo do plano	<u>559.986</u>	<u>445.539</u>

(d) Movimentação do passivo contábil da CESP

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo inicial	(65.150)	(52.804)
(Receita) despesa do exercício.....	(3.793)	(7.523)
Contribuições pagas.....	(5.154)	(5.094)
(Ganho) / perda atuarial.....	42.891	271
Saldo final	<u>(31.206)</u>	<u>(65.150)</u>

(e) Despesa / (Receita) estimada para 2013

	<u>2013</u>
Custo do serviço corrente.....	12.287
Custo dos juros sobre obrigações atuariais.....	41.015
Contribuições do empregado.....	(2.843)
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(43.697)
Total da despesa	<u>6.762</u>

Este plano apresenta situação superavitária, portanto, nenhum passivo foi registrado.

18.3 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

18.3.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS: R\$ 50.764

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado”. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

18.3.2 Contrato de Dívida – outros: R\$ 101.425

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2012, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Na essência, os contratos de dívida são considerados garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

19 TAXAS REGULAMENTARES / ENCARGOS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal	6.827	6.758
- Diferença de Quotas - 2011 (a)	2.125	-
- Diferença de Quotas - 2010 (b)	432	5.184
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	33.435	33.227
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.190	1.097
Quotas para P&D - FNDCT (c)	2.086	2.041
Quotas para P&D - EPE (c)	1.043	1.069
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (d)	39.183	39.963
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (e)	1.090	904
	<u>87.411</u>	<u>90.243</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2012 (f)	18.399	2.125
	<u>105.810</u>	<u>92.368</u>

- (a)** Diferença de quota RGR 2011 cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL.
- (b)** Diferença de quota RGR 2010 para pagamento em 12 parcelas, conforme despacho ANEEL nº 504, de 10 de fevereiro de 2012.
- (c)** Referem-se às quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (d)** Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.021 de 29 de junho de 2010 e nº 1.171, de 28 de junho de 2011, atualizada anualmente.
- (e)** Parcelamento relativo à tarifa de uso do sistema de distribuição/TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de dezembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176 – SRT/ANEEL, de 3 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.
- (f)** Diferença de quota RGR 2012, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em fevereiro/2014.

20 PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas prováveis.

Composição:

	31.12.2011	Movimentação			31.12.2012
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Transferências	Saldo
Trabalhistas					
Ações diversas	170.970	37.985	(17.526)	-	191.429
Cíveis					
Ações diversas	22.109	1.935	(104)	(3.738)	20.202
Tributárias					
Ações diversas	27.392	(24.383)	(1.777)	-	1.232
Indenizações					
Ações e riscos ambientais.....	385.755	63.203	(4.847)	49.639	493.750
Ações cíveis - Usinas CESP.....	844.695	(51.507)	(4.517)	(45.901)	742.770
Desapropriações					
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	142.029	59.551	(609)	-	200.971
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	226.876	69.955	(5.712)	-	291.119
Soma Indenizações e Desapropriações	1.599.355	141.202	(15.685)	3.738	1.728.610
TOTAL	1.819.826	156.739	(35.092)	-	1.941.473

	31.12.2010	Movimentação			31.12.2011
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Transferências	Saldo
Trabalhistas					
Ações diversas	152.610	28.367	(10.007)	-	170.970
Cíveis					
Ações diversas	18.847	3.767	(505)	-	22.109
Tributárias					
Ações diversas	27.654	1.401	(1.663)	-	27.392
Indenizações					
Ações e riscos ambientais.....	301.957	90.508	(6.710)	-	385.755
Ações cíveis - Usinas CESP.....	759.434	82.873	(4.719)	7.107	837.588
Desapropriações e indenizações					
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	124.861	17.168	-	-	142.029
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	203.235	47.566	(16.818)	(7.107)	233.983
	1.389.487	238.115	(28.247)	-	1.599.355
TOTAL	1.588.598	271.650	(40.422)	-	1.819.826

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	2012			
	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas.....	191.429	137.448	138.458	467.335
Ações cíveis diversas.....	20.202	139.001	5.887	165.090
Ações tributárias.....	1.232	59.905	7.204	68.341
Ações ambientais.....	493.750	679.487	1.126.137	2.299.374
Ações cíveis.....	742.770	1.796.269	1.680.637	4.219.676
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	200.971	393.964	330.623	925.558
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	291.119	418	633	292.170
	1.941.473	3.206.492	3.289.579	8.437.544

Em 31 de dezembro de 2012, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R\$ 8.437.544. Nesta mesma data, a provisão total para os riscos judiciais com expectativa de perda provável é de R\$ 1.941.473, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de processos no montante de R\$ 522.535

(R\$ 376.359 em 31 de dezembro de 2011), referente a ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais (Nota 10) e R\$ 72.031 (imobilizado em curso – Nota 11.1).

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

20.1 Reclamações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 467.335. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 191.429 representadas por 570 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, da ordem de R\$ 35.721.

A CESP é ré em 43 processos, cujo risco de perda é avaliado como provável, relacionados à insalubridade/periculosidade, que totalizam R\$ 90.954. O restante dos processos refere-se a diversas ações cuja totalidade é de R\$ 100.475 associados a 527 ações judiciais.

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R\$ 137.448 correspondentes a 779 processos, sendo 21 destes relacionados à Lei Estadual nº. 4.819/58 que tratam de ações cujos reclamantes pleiteiam principalmente: (i) transferência da folha de pagamento diretamente da Fazenda do Estado de São Paulo; (ii) diferença de complementação de aposentadoria; (iii) devolução do desconto de PSAP; (iv) devolução do desconto previdenciário (11%) decorrente da EC nº. 20/98, no montante de R\$ 83.222. O valor remanescente, de R\$ 54.226, corresponde a 758 processos.

20.2 Ações Cíveis Diversas

20.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias Nº 38 e Nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. As ações cujos riscos são avaliados como de perda prováveis e possíveis, em 31 de dezembro de 2012, são R\$ 20.202 e R\$ 9.496 respectivamente.

20.2.2 Ação AES – Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul em face da ANEEL. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul. CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando recontabilização e liquidação determinadas pelo juízo e passaram a integrar a lide. A CESP já contestou a ação. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor, sendo a parte da CESP de aproximadamente R\$ 129.505, cujo risco de perda é avaliado como possível.

20.3 Ações Tributárias

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 68.341, composto por R\$ 1.232 com expectativa de perda considerada provável, referente a 13 processos judiciais e com depósitos em garantia no montante de R\$ 29.978 (R\$ 26.454 em 31 de dezembro de 2011). Outras 96 ações, classificadas como de perda possível, totalizam R\$ 59.905.

20.4 Ações Ambientais

A CESP responde a ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível, alcança R\$ 1.173.237 conforme abaixo:

	<u>PROVÁVEL</u>	<u>POSSÍVEL</u>	<u>TOTAL</u>
Proteção de encosta.....	152.093	286.290	438.383
Mata ciliar.....	151.697	179.870	331.567
Descumprimento de acordo.....	-	150.562	150.562
Parques.....	158.911	-	158.911
Lençol freático.....	-	27.400	27.400
Outros.....	31.049	35.365	66.414
	<u>493.750</u>	<u>679.487</u>	<u>1.173.237</u>

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 303.272 (R\$ 165.469 em 31.12.2011) em depósitos judiciais referentes a processos ambientais (Nota 10).

20.5 Ações Cíveis – Usinas CESP

20.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 107.057 e R\$ 420.908 respectivamente, para 257 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Companhia, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

20.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 141 ações envolvendo o valor de R\$ 181.681 com avaliação de risco de perda provável e R\$ 289.571 com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2012. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

20.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 62 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 409.892 e R\$ 44.140 respectivamente. Existem ainda outras 7 ações de inadimplemento contratual consideradas possíveis que totalizam R\$ 988.675 e outros 191 processos no montante de R\$ 97.115.

20.6 Ações de Desapropriações – Usina CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 200.971 para 114 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, com risco de perda avaliado como provável pelos assessores jurídicos da CESP. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R\$ 393.964 referentes a 8 processos judiciais.

20.7 Ações Cíveis/Desapropriações – Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor da pretensão dos expropriados correspondente a todas essas ações é de aproximadamente R\$ 292.170. A CESP mantém registrada provisão de R\$ 291.119 para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável.

21 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

21.1 Obrigações Socioambientais

	2012	2011
Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a)	24.163	24.145
	<u>24.163</u>	<u>24.145</u>
Não Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a)	16.429	41.853
Reflorestamento (b)	107.000	104.593
Compromissos ambientais - Licenciamento.....	104.712	74.485
	<u>228.141</u>	<u>220.931</u>
	<u>252.304</u>	<u>245.076</u>

(a) Refere-se a Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, parcelado em 60 meses, com pagamento iniciado em setembro de 2009 e término para agosto de 2014.

(b) Refere-se à aquisição de áreas e projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera.

A movimentação dos saldos está representada por:

	31.12.2011	Provisão (Nota 25)	Atualização (Nota 26)	(-) Pagamentos	(+/-) Transferência	31.12.2012
Circulante						
Termo de ajustamento de conduta - TAC	24.145	-	2.560	(27.966)	25.424	24.163
Não Circulante						
Termo de ajustamento de conduta - TAC	41.853	-	-	-	(25.424)	16.429
Reflorestamento	104.593	2.407	-	-	-	107.000
Compromissos ambientais - Licenciamento..	74.485	30.227	-	-	-	104.712
	<u>220.931</u>	<u>32.634</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.424)</u>	<u>228.141</u>
	<u>245.076</u>	<u>32.634</u>	<u>2.560</u>	<u>(27.966)</u>	<u>-</u>	<u>252.304</u>
Circulante						
	<u>24.172</u>	<u>-</u>	<u>4.481</u>	<u>(26.733)</u>	<u>22.225</u>	<u>24.145</u>
Não Circulante						
Termo de Ajustamento de Conduta (a).....	64.078	-	-	-	(22.225)	41.853
Reflorestamento (b).....	104.593	-	-	-	-	104.593
Compromissos ambientais - Licenciamento..	59.821	14.664	-	-	-	74.485
	<u>228.492</u>	<u>14.664</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.225)</u>	<u>220.931</u>
	<u>252.664</u>	<u>14.664</u>	<u>4.481</u>	<u>(26.733)</u>	<u>-</u>	<u>245.076</u>

21.2 Outras Obrigações

	2012	2011
Circulante		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a)	5.813	19.688
Fundação CESP (b)	13.331	13.122
P & D - Projetos (c)	97.592	91.349
Parcelamento de Ações de Desapropriações (d)	519	36.022
Outros	3.563	2.495
	<u>120.818</u>	<u>162.676</u>
Não Circulante		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a)	-	5.814
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização)...	15.481	15.481
	<u>15.481</u>	<u>21.295</u>
	<u>136.299</u>	<u>183.971</u>

- (a) Saldos de contratos firmados com consumidores livres em 2005 e 2006, os quais vêm sendo amortizados mensalmente com recebíveis de fornecimento de energia.
- (b) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.
- (c) Saldo de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC.
- (d) Refere-se a acordo judicial, para parcelamento de processos de desapropriações de usinas de empresas cindidas (Duke Energy), celebrado em 28.05.2010, para pagamento em 24 parcelas com atualização pela variação do IPC-FIPE e acréscido de juros de 0,5% a.m.

22 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 31.12.2012				Acumulado em
			Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
SABESP (a)		Venda de energia	9.317	-	-	-	93.762
METRÔ (a)		Venda de energia	5.002	-	-	-	62.178
CPTM (a)		Venda de energia	5.366	-	-	-	43.143
DAEE	9	Cessão de créditos	29.893	-	-	-	3.425
EMAE (b)		Aluguel	-	-	88	-	(1.058)
Eletrobrás	12	Empréstimos	-	-	5.215	30.549	(2.714)
Eletrobrás	14	Valores a pagar	-	-	45.892	76.384	(22.612)
Fundação CESP	18	Entidade de previdência	-	-	30.954	275.916	(342.202)
			Saldo em 31.12.2011				Acumulado em
			Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
SABESP (a)		Venda de energia	9.725	-	-	-	105.785
METRÔ (a)		Venda de energia	4.985	-	-	-	58.346
CPTM (a)		Venda de energia	5.770	-	-	-	39.917
DAEE	9	Cessão de créditos	16.486	15.112	-	-	1.550
EMAE (b)		Aluguel	-	-	88	-	(970)
Eletrobrás	12	Empréstimos	-	-	5.228	35.764	(131)
Eletrobrás	14	Valores a pagar	-	-	41.043	108.630	(22.900)
Fundação CESP	18	Entidade de previdência	-	-	-	-	(40.377)

- (a) Termos de aditamentos celebrados com as empresas, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM (controladas pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria de consumidores livres, nos termos do mercado livre, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico, a preços de mercado, obtidos em oferta pública.
- (b) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (empresa do acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R\$ 88.

A remuneração da Administração da Companhia em 2012 foi de R\$ 2.537 (R\$ 2.445 em 2011), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 2.157 (R\$ 2.107 em 2011) e encargos sociais no valor de R\$ 380 (R\$ 338 em 2011).

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

23.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.558 ações ordinárias, 7.702.726 ações preferenciais classe A e 210.632.389 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,0814	-	-	15.135.166	7,1856	117.841.549	35,9800
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,2125	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,0061	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros.....	2.150	-	1	-	5.202	-	7.353	-
	104.038.849	95,3000	1	-	28.933.471	13,74	132.972.321	40,59
Outros								
Credit Suisse Securities (Europe).....	-	-	-	-	12.566.998	5,97	12.566.998	3,84
UBS AG London Branch.....	-	-	-	-	26.208.662	12,44	26.208.662	8,00
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.....	37.633	0,0300	6.664.526	86,52	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London.....	-	-	-	-	32.263.140	15,32	32.263.140	9,85
The Bank of New York - ADR Department.....	152.815	0,1400	237.047	3,08	-	-	389.862	0,12
Pessoas Físicas.....	2.572.569	2,3600	756.120	9,82	5.284.116	2,51	8.612.805	2,63
Outras Pessoas Jurídicas.....	2.358.974	2,1600	15.241	0,20	105.376.002	50,03	107.750.217	32,90
Outros.....	6.718	0,0100	29.791	0,38	-	-	36.509	0,02
	5.128.709	4,7000	7.702.725	100,00	181.698.918	86,26	194.530.352	59,41
	109.167.558	100,0000	7.702.726	100,00	210.632.389	100,00	327.502.673	100,00
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil	1.991.811		140.539		3.843.083		5.975.433	

23.2 Direitos das Ações

- (a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:
- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
 - Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;

- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
- Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e
- Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:

- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irresgatáveis.

(c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconversíveis.

23.3 Reservas de Capital

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	<u>1.929.098</u>	<u>1.929.098</u>

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

23.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009 o efeito do aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído (Nota 11.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Passivo R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 31.12.2011....	2.648.717	(900.564)	1.748.153
Realização no exercício.....	(302.217)	102.754	(199.463)
Saldo final em 31.12.2012.....	2.346.500	(797.810)	1.548.690

23.5 Reservas de Lucros

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reserva legal.....	55.616	48.217
Reserva de lucros a realizar (*)	371.100	417.226
	<u>426.716</u>	<u>465.443</u>

(*) Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da Reserva de lucros a realizar.

O Lucro líquido do exercício de 2009, de R\$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R\$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R\$ 580 milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização ocorrerá somente por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos a cada exercício (Nota 12.5).

A Reserva de lucros a realizar foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem até 2019.

Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma abaixo, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Composição das parcelas a realizar:

Exercícios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Parcelas a Realizar	170.216	33.404	27.955	31.097	34.593	38.482	35.353	371.100

No exercício de 2012, está sendo realizada a parcela de R\$ 46.126.

23.6 Proposta de Destinação do Resultado

Aos acionistas, havendo lucro suficiente para tanto, é assegurada a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente à 10% do capital social.

Está sendo proposta a destinação de 100% do lucro líquido ajustado, conforme abaixo:

	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício.....	147.982
Destinações:	
Reserva legal.....	(7.399)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial.....	199.463
Realização de reserva de lucros a realizar (Nota 23.5).....	46.126
Saldo para destinação de dividendos.....	<u>386.172</u>
Juros s/ capital próprio já distribuídos (*)	(115.000)
Saldo a distribuir como dividendos.....	(271.172)
Saldo de lucros acumulados.....	<u><u>-</u></u>

(*) R\$ 105.847, líquidos de imposto de renda retido na fonte, equivalentes a R\$ 0,4115 por ação.

Distribuição aos acionistas:

Descrição	2012	
Destinação de dividendos.....	386.172	
Juros sobre capital próprio já distribuídos:....		
ON.....	(34.227)	
PNA.....	(14.814)	
PNB.....	(65.959)	
	<u>(115.000)</u>	
Saldo a distribuir.....	271.172	
		Dividendo por Ação
ON.....	92.568	R\$ 0,84794
PNB.....	178.604	R\$ 0,84794

A soma dos valores distribuídos a título de dividendos e juros sobre o capital próprio representa 100% do lucro líquido do exercício, atendendo ao disposto no artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 e artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

	2012			2012	
Lucro líquido do exercício (a).....	147.982		Dividendos a distribuir (a).....	386.172	
Quantidade de ações (b).....	327.502.673		Quantidade de ações (b).....	327.502.673	
Lucro por ação (a / b).....	R\$ 0,45		Dividendo por ação (a / b).....	R\$ 1,18	

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

24 RECEITA

24.1 Contratos de Compra e Venda de Energia

Conforme Decreto nº 5.163, de 31 de dezembro de 2004, e condições estabelecidas pela Resolução Normativa nº 206, de 22 de dezembro de 2005, as concessionárias de distribuição, com mercado inferior a 500 GWh/ano puderam optar pela continuidade da aquisição de energia elétrica do atual agente supridor, para atendimento total ou parcial de seu mercado, através dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica – CCEs, além dos contratos de conexão e de uso.

Neste segmento, a CESP possui contratos com quatro distribuidoras, contendo cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que será aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês do Reajuste	Tarifas de Energia (*)		(% de Reajuste)
		2011	2012	
Jaguari	Fevereiro	96,05	102,05	6,25
CSPE	Fevereiro	96,32	102,31	6,22
LESTE PAULISTA (ex - CPEE)	Fevereiro	95,44	101,37	6,21
Mococa	Fevereiro	123,38	131,05	6,22

(*) Tarifas homologadas com vigência a partir de 3 de fevereiro de cada ano.

24.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP mantém contratos com 36 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados (Nota 1.2). Esses contratos tem cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2012		Produtos			Produto	Produto	Produto	Produto	2010 a 2039	(% de Reajuste no ano)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2005 a 2012	2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038			
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	88,60	97,55	110,86	116,03	127,28	166,15	156,60	6,22	
Ampla	Março	89,00	97,99	111,36	116,56	-	166,90	157,30	5,85	
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce,	Abril	89,19	98,20	111,60	116,80	128,12	167,25	157,63	5,24	
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maio	89,76	98,82	112,31	117,55	-	168,32	158,64	5,10	
Cataguazes e Copel	Junho	90,08	99,18	112,71	117,97	-	-	159,21	4,99	
Celtins e Eletropaulo	Julho	90,16	99,26	112,80	118,06	129,51	169,06	159,34	4,92	
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	90,54	99,69	113,29	118,57	130,07	169,79	160,03	5,20	
Celg	Setembro	90,91	100,09	113,75	119,06	130,60	170,49	160,68	5,24	
Bandeirante, Piratininga e CEEE-D	Outubro	91,43	100,66	114,40	119,74	131,34	171,46	161,60	5,28	
Light	Novembro	91,97	101,26	115,08	120,44	-	172,47	162,55	5,45	

Reajustes em 2011		Produtos			Produto	Produto	Produto	Produto	2010 a 2039	(% de Reajuste no ano)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2005 a 2012	2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038			
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	83,42	91,84	104,37	109,24	119,83	156,43	147,43	5,99	
Ampla	Março	84,08	92,57	105,21	110,21	-	157,68	148,61	6,01	
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	84,75	93,31	106,04	110,98	121,74	158,92	149,79	6,30	
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maio	85,40	94,02	106,86	111,84	-	160,15	150,94	6,51	
Cataguazes e Copel	Junho	85,80	94,47	107,36	112,36	-	-	151,66	6,55	
Celtins e Eletropaulo	Julho	85,93	94,61	107,52	112,53	123,44	161,14	151,88	6,71	
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	86,07	94,76	107,69	112,71	123,64	161,40	152,68	6,87	
Celg	Setembro	86,39	95,11	108,09	113,13	124,10	162,00	152,68	7,23	
Bandeirante, Piratininga e CEEE-D	Outubro	86,85	95,61	108,66	113,73	124,75	162,86	153,49	7,31	
Light	Novembro	87,22	96,03	109,13	114,22	-	163,56	154,15	6,97	

24.3 Energia Vendida

Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no exercício, bem como um resumo da energia vendida por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

	MWh (*)		R\$ Mil	
	2012	2011	2012	2011
Fornecimento (1)				
Industrial.....	6.677.379	5.560.489	697.887	562.561
Comercial.....	-	23.652	-	2.913
Serviço Público.....	1.737.866	1.890.045	199.083	204.048
	<u>8.415.245</u>	<u>7.474.186</u>	<u>896.970</u>	<u>769.522</u>
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores ⁽²⁾	3.349.303	3.971.300	375.528	339.042
Contratos de Compra de Energia - CCE's..... ⁽³⁾	681.971	714.085	76.458	73.243
	<u>4.031.274</u>	<u>4.685.385</u>	<u>451.986</u>	<u>412.285</u>
Leilões de Energia (4)				
Produto 1 CCEAR 2005-2012	5.522.871	5.834.513	485.303	483.776
Produto 2 CCEAR 2006-2013	8.165.098	8.676.184	790.014	792.320
Produto 3 CCEAR 2007-2014	150.827	158.879	16.574	16.447
Produto 4 CCEAR 2008-2015	1.200.657	1.298.278	138.145	140.910
Produto 5 CCEAR 2009-2016	758.231	856.745	95.628	101.893
Produto 6 CCENV 2009-2038	720.288	718.320	118.682	111.730
Produto 7 CCENV 2010-2039	1.300.032	1.296.480	201.954	190.121
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	2.821.909	2.238.407	276.996	207.941
	<u>20.639.913</u>	<u>21.077.806</u>	<u>2.123.296</u>	<u>2.045.138</u>
	<u>24.671.187</u>	<u>25.763.191</u>	<u>2.575.282</u>	<u>2.457.423</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	3.241.738	4.417.277	297.556	125.104
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	5.025.308	2.177.915	46.515	23.141
	<u>8.267.046</u>	<u>6.595.192</u>	<u>344.071</u>	<u>148.245</u>
Total.....	<u>41.353.478</u>	<u>39.832.569</u>	<u>3.816.323</u>	<u>3.375.190</u>

- (1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre – ACL.
- (2) Refere-se ao suprimento de energia as comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL.
- (3) Contratos de compra e venda de energia, conforme (Nota 24.1).
- (4) Refere-se ao suprimento de energia as concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Diferenças.
- (5) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (PLD e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Resumo por Classe Consumo	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Fornecimento						
Industrial.....	6.677.379	5.560.489	697.887	562.561	104,52	101,17
Comercial.....	-	23.652	-	2.913	-	123,16
Serviço Público.....	1.737.866	1.890.045	199.083	204.048	114,56	107,96
	<u>8.415.245</u>	<u>7.474.186</u>	<u>896.970</u>	<u>769.522</u>	<u>106,59</u>	<u>102,96</u>
Suprimento						
Leilões de Energia.....	20.639.913	21.077.806	2.123.296	2.045.138	102,87	97,03
Agentes Comercializadores.....	3.349.303	3.971.300	375.528	339.042	112,12	85,37
Contrato com Pequenas Distribuidoras.....	681.971	714.085	76.458	73.243	112,11	102,57
	<u>24.671.187</u>	<u>25.763.191</u>	<u>2.575.282</u>	<u>2.457.423</u>	<u>104,38</u>	<u>95,39</u>
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE						
Energia de Curto Prazo - PLD.....	3.241.738	4.417.277	297.556	125.104	91,79	28,32
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	5.025.308	2.177.915	46.515	23.141	9,26	10,63
	<u>8.267.046</u>	<u>6.595.192</u>	<u>344.071</u>	<u>148.245</u>	<u>41,62</u>	<u>22,48</u>
Total.....	<u>41.353.478</u>	<u>39.832.569</u>	<u>3.816.323</u>	<u>3.375.190</u>	<u>92,29</u>	<u>84,73</u>

Resumo por Ambiente de Comercialização	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Mercado Livre						
Consumidores Livres	8.415.245	7.474.186	896.970	769.522	106,59	102,96
Agentes Comercializadores	3.349.303	3.971.300	375.528	339.042	112,12	85,37
	<u>11.764.548</u>	<u>11.445.486</u>	<u>1.272.498</u>	<u>1.108.564</u>	<u>108,16</u>	<u>96,86</u>
Mercado Regulado						
Leilões de Energia + Pequenas Distribuidoras.....	21.321.884	21.791.891	2.199.754	2.118.381	103,17	97,21
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE.....	8.267.046	6.595.192	344.071	148.245	41,62	22,48
	<u>29.588.930</u>	<u>28.387.083</u>	<u>2.543.825</u>	<u>2.266.626</u>	<u>85,97</u>	<u>79,85</u>
Total.....	<u>41.353.478</u>	<u>39.832.569</u>	<u>3.816.323</u>	<u>3.375.190</u>	<u>92,29</u>	<u>84,73</u>

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

24.4 Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	2012	2011
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas c/ Energia		
Fornecimento de energia	896.970	769.522
Suprimento de energia - Contratos.....	451.986	412.285
Suprimento de energia de leilões.....	2.123.296	2.045.138
Energia de curto prazo	344.071	148.245
	<u>3.816.323</u>	<u>3.375.190</u>
Outras receitas.....	3.568	3.896
	<u>3.819.891</u>	<u>3.379.086</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(100.289)	(87.962)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(33.504)	(29.953)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(100)	(116)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(272.776)	(249.329)
PIS s/ receitas operacionais.....	(59.217)	(54.201)
	<u>(465.886)</u>	<u>(421.561)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>3.354.005</u>	<u>2.957.525</u>

25 CUSTOS E DESPESAS

Os custos e despesas são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Natureza dos custos e despesas	2012					Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administr.	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (nota 25.2)	
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos.....	(208.323)	-	-	-	-	(208.323)
Encargos do sistema de transmissão (nota 19).....	(371.503)	-	-	-	-	(371.503)
Energia comprada (nota 25.1).....	(142.464)	-	-	-	-	(142.464)
Créditos de COFINS/PIS s/encargos do sistema de transmissão.....	31.715	-	-	-	-	31.715
Pessoal.....	-	(57.250)	(151.787)	-	-	(209.037)
Administradores.....	-	-	(2.537)	-	-	(2.537)
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao plano.....	-	(8.877)	-	-	-	(8.877)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....	-	(342.202)	-	-	-	(342.202)
Material.....	-	(5.498)	(5.409)	-	-	(10.907)
Serviços de terceiros.....	-	(45.220)	(66.572)	-	-	(111.792)
Depreciação.....	-	(768.720)	(5.110)	-	(1.499)	(775.329)
Taxa de fiscalização - ANEEL/outros encargos.....	-	-	(17.637)	-	-	(17.637)
Aluguéis.....	-	-	(7.480)	-	-	(7.480)
Provisão para riscos legais (Nota 20).....	-	-	-	(15.537)	(81.651)	(97.188)
Provisão para desvalorização FINAM/FINOR.....	-	-	-	-	(3.172)	(3.172)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos.....	-	-	-	-	-	-
Provisão para perda estimada de créditos.....	-	-	-	(24.587)	-	(24.587)
Compromissos Socioambientais.....	-	-	-	-	(32.634)	(32.634)
Ações e indenizações (Nota 20).....	-	-	-	-	(1.053)	(1.053)
Custos retardatários.....	-	-	-	-	(3.969)	(3.969)
Outras despesas.....	-	(2.329)	(3.424)	(2.596)	(51.894)	(60.243)
Total	(690.575)	(1.230.096)	(259.956)	(42.720)	(175.872)	(2.399.219)

Natureza dos custos e despesas	2011					Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administr.	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (nota 25.2)	
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos.....	(189.391)	-	-	-	-	(189.391)
Encargos do sistema de transmissão (nota 19).....	(343.622)	-	-	-	-	(343.622)
Energia comprada (nota 25.1).....	-	-	-	-	-	-
Créditos de COFINS/PIS s/encargos do sistema de transmissão.....	30.658	-	-	-	-	30.658
Pessoal.....	-	(57.351)	(164.983)	-	-	(222.334)
Administradores.....	-	-	(2.445)	-	-	(2.445)
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao plano.....	-	(9.546)	-	-	-	(9.546)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....	-	(45.924)	-	-	-	(45.924)
Material.....	-	(10.021)	(6.407)	-	-	(16.428)
Serviços de terceiros.....	-	(43.951)	(74.465)	-	-	(118.416)
Depreciação.....	-	(772.760)	(5.134)	-	(3.748)	(781.642)
Taxa de fiscalização - ANEEL/outros encargos.....	-	-	(16.605)	-	-	(16.605)
Aluguéis.....	-	-	(6.353)	-	-	(6.353)
Provisão para riscos legais (Nota 20).....	-	-	-	(33.535)	(220.947)	(254.482)
Provisão para perda estimada de créditos.....	-	-	-	(1.200)	-	(1.200)
Compromissos Socioambientais.....	-	-	-	-	(14.664)	(14.664)
Ações e indenizações (Nota 20).....	-	-	-	-	(4.735)	(4.735)
Custos retardatários.....	-	-	-	-	(31.144)	(31.144)
Ganho na consolidação dívidas REFIS Lei nº 11.941/09 (notas 10 e 17)....	-	-	-	-	19.956	19.956
Provisão para perda na realização de créditos - RTE/outros.....	-	(9.606)	-	-	-	(9.606)
Outras despesas.....	-	(2.229)	(3.949)	(2.472)	(11.581)	(20.231)
Total	(502.355)	(951.388)	(280.341)	(37.207)	(266.863)	(2.038.154)

25.1 Energia Comprada e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

	2012	2011
Energia comprada (1)		
CCEE	142.464	-
	<u>142.464</u>	<u>-</u>
Uso da Rede Elétrica (2)		
Conexão - CTEEP	151	141
Rede Básica.....	371.352	343.481
	<u>371.503</u>	<u>343.622</u>
Total.....	<u>513.967</u>	<u>343.622</u>

- (1) As despesas com energia comprada foram impactadas a partir de outubro de 2012, em função do despacho das usinas térmicas para suprir a insuficiência da produção hidráulica nacional, em decorrência do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 100.084.
- (2) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nº. 1171, de 28 de junho de 2011 e nº 1316, de 26 de junho de 2012, alterada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1398, de 17 de dezembro de 2012.

25.2 Outras (Despesas) Receitas Líquidas

	2012	2011
Depreciação de bens não vinculados.....	(1.499)	(3.748)
Indenizações - ações cíveis usinas CESP.....	(829)	-
Indenizações - empresas cindidas (a).....	(224)	(4.735)
Provisões p/desvalorização FNAM/FINOR.....	(3.172)	-
Provisões (reversões) ações de desapropriações - cindidas (a).....	(69.955)	(47.566)
Ações cíveis (Nota 20).....	51.507	(82.873)
Ações e riscos ambientais (Nota 20).....	(63.203)	(90.508)
	<u>(81.651)</u>	<u>(220.947)</u>
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b).....	(3.969)	(31.144)
Despesas com convênios	(8.989)	(14.156)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos.....	(9.314)	1.150
Parcelamento ordinário PIS/COFINS (Nota 16a).....	(30.532)	-
Compromissos socioambientais (Nota 21.1).....	(32.634)	(14.664)
Ganho na consolidação dívidas REFIS (Lei 11.941/09 - Nota 16b).....	-	19.956
Outras (despesas) receitas líquidas.....	(3.059)	1.425
	<u>(175.872)</u>	<u>(266.863)</u>

- (a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desapropriações anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 20.7)
- (b) Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 11.1).

26 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	34.296	37.699
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 10).....	5.629	4.208
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE (Nota 9).....	3.425	1.550
Atualização de valores a receber - energia livre (Nota 6.2).....	687	2.729
Outras.....	2.312	3.662
	<u>46.349</u>	<u>49.848</u>
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(97.975)	(97.026)
Moeda nacional.....	(125.603)	(131.114)
	<u>(223.578)</u>	<u>(228.140)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros.....	(2.837)	(3.127)
Juros e atualização do contrato ELETROBRÁS (Nota 14).....	(22.857)	(22.900)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia.....	(43.140)	(37.324)
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento.....	-	(456)
Imposto sobre operações financeiras.....	(533)	(247)
Imposto de renda s/remessa ao exterior (*).....	(23.524)	(17.640)
Atualização TAC (nota 21.1).....	(2.560)	(4.481)
Atualização TUSDg.....	-	(1.767)
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(1.198)	(1.766)
Atualização P&D - projetos.....	(4.962)	(5.420)
Desconto contrato de clientes.....	(23.149)	(26.897)
Outros encargos.....	(12.112)	(16.884)
	<u>(136.872)</u>	<u>(138.909)</u>
	<u>(360.450)</u>	<u>(367.049)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional.....	(156.921)	(214.575)
Moeda estrangeira.....	(105.611)	(149.761)
	<u>(262.532)</u>	<u>(364.336)</u>
	<u>(622.982)</u>	<u>(731.385)</u>
Resultado Financeiro.....	<u>(576.633)</u>	<u>(681.537)</u>

(*) O valor referente a Imposto de renda sobre remessa ao exterior foi segregado da rubrica Encargos de dívidas – Moeda estrangeira.

27 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	2012		2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do Imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL).....	378.153	378.153	237.834	237.834
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.....	(94.514)	(34.034)	(59.434)	(21.405)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos.....	14	5	26	9
Juros s/ o capital próprio.....	28.750	10.350	18.750	6.750
Constituição de créditos diferidos (complemento).....	1.645	9.027	-	-
Outros.....	10.581	(1.908)	16.432	(681)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais não constituídos	(117.711)	(42.376)	(61.482)	(28.218)
Despesa total.....	(171.235)	(58.936)	(85.708)	(43.545)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente.....	(214.212)	(81.512)	(184.180)	(71.565)
Diferido ativo (Nota 17).....	(91.695)	(25.906)	(81.461)	(30.671)
Diferido passivo (Nota 17).....	134.672	48.482	179.933	58.691
	42.977	22.576	98.472	28.020
Total no resultado.....	(171.235)	(58.936)	(85.708)	(43.545)
Alíquota Efetiva	45,3%	15,6%	36,0%	18,3%

Conforme descrito na Nota 17, a Companhia está limitada à projeção de lucros tributáveis futuros, para reconhecimentos adicionais de créditos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias. As diferenças entre as alíquotas nominais e efetivas decorrem da limitação para novos reconhecimentos, bem como das adições/exclusões permanentes.

28 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa: a composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota explicativa nº 5. As transações que não envolvem caixa são:

Descrição	2012	2011
Itens que não afetaram o caixa:		
Dividendos propostos (a pagar)	271.172	390.405
	<u>271.172</u>	<u>390.405</u>

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Em 31.12.2012, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2012	2011
Ativos Financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Consumidores e revendedores (Nota 6).....	375.477	352.948
Energia livre / CCEE (Nota 6).....	13.712	47.263
	389.189	400.211
Valor justo por meio do resultado		
Depósitos vinculados (Nota 10).....	65.750	-
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 10).....	76.266	75.820
	142.016	75.820
	531.205	476.031
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 12).....	2.467.788	2.649.281
FIDC (Nota 13).....	1.002.529	1.194.358
Valores a pagar (Nota 14).....	122.775	149.673
	3.593.092	3.993.312

29.1 Índice de Endividamento (Liquidez)

Índice de Endividamento	2012	2011
Empréstimos + Financ. + FIDC + Valores a pagar...	3.593.092	3.993.312
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5).....	(513.525)	(444.972)
Dívida Líquida.....	3.079.567	3.548.340
Patrimônio Líquido.....	9.879.937	10.118.127
Índice de Endividamento Líquido	31,2%	35,1%

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento:

	1 ano	2 anos	5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2012					
Empréstimos e Financiamentos.....	703.789	154.182	1.399.158	210.659	2.467.788
FIDC.....	287.581	263.172	451.776	-	1.002.529
Valores a Pagar.....	46.391	41.664	34.720	-	122.775
	1.037.761	459.018	1.885.654	210.659	3.593.092
Em 31 de dezembro de 2011					
Empréstimos e Financiamentos.....	425.906	612.366	1.321.311	289.698	2.649.281
FIDC.....	282.771	263.427	602.649	45.511	1.194.358
Valores a Pagar.....	41.043	38.340	70.290	-	149.673
	749.720	914.133	1.994.250	335.209	3.993.312

A Companhia está cumprindo todos os "covenants" requeridos por instituições financeiras ou outros credores.

29.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2012, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R\$ 1.269.614 (R\$ 1.316.420, em 31.12.2011) referentes a captações em moeda estrangeira, exclusivamente dólar norte-americano.

Em milhares de Reais

Passivos	Saldo Contábil	
	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos e Financiamentos		
Dólar Americano - US\$ (Nota 12)	1.269.614	1.316.420
Total	1.269.614	1.316.420

Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A CESP considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do exercício.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

Moedas	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
Dólar Americano: US\$/R\$	2,07	2,59	3,11

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo (janeiro/2013 a dezembro/2013), com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo da atual demonstração contábil, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos em US\$	Apreciação do US\$	8.599	176.533	344.466

A Companhia, em decorrência da variação cambial projetada, teria um acréscimo na saída de caixa no período de janeiro/2013 a dezembro/2013 de R\$ 8.599 no cenário provável, R\$ 176.533 no cenário possível e R\$ 344.466 no cenário remoto, respectivamente.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31/12/2012, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/12/2013 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Passivos	Saldo em 31.12.2012	Projeção para 31.12.2013		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos				
Bônus Série 7 - US\$	463.814	-	-	-
Demais Contratos - US\$	805.800	816.250	1.020.313	1.224.376
Total	1.269.614	816.250	1.020.313	1.224.376

Nos valores indicados nas colunas cenários projetados do quadro acima está considerada a liquidação da Série 7 das notas de médio prazo em agosto de 2013 (ver Nota explicativa 12.2.3)

29.3 Risco de Taxa de Juros / Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía R\$ 3.007.116, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados à taxas de inflação, e R\$ 585.977 captados a taxas fixas:

Em milhares de Reais

Passivos	Saldo Contábil	
	31.12.2012	31.12.2011
Vinculados às taxas:		
Moeda Nacional	2.323.478	2.676.892
CDI	1.002.529	1.361.334
IGP-M	135.968	170.853
IPC-A	1.066.773	999.237
TJLP	82.432	104.476
TAXA FIXA	35.776	40.992
Moeda Estrangeira	1.269.614	1.316.420
UMBNDDES	718.157	726.529
LIBOR	1.256	30.841
TAXA FIXA	550.201	559.050
Total	3.593.092	3.993.312

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e “spread”, tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório FOCUS (BACEN) de 04/01/2013. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

Taxa % a.a.

CDI	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
CDI	7,25	9,06	10,88
IGP-M	5,31	6,64	7,97
IPC-A	5,49	6,86	8,24
TJLP	5,00	6,25	7,50
UMBNDDES	3,56	4,45	5,34
LIBOR	0,51	0,64	0,77

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (janeiro/2013 a dezembro/2013), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações financeiras, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Variação do CDI	(494)	1.946	4.385
	Variação do IGP-M	(321)	(69)	181
	Variação do IPC-A	34	546	1.062
	Variação da TJLP	-	53	316
Moeda Estrangeira	Variação da UMBNDDES	-	5.783	11.463
	Variação da LIBOR	-	5	9
Total		(781)	8.264	17.416

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria um decréscimo na saída de caixa de R\$ 781 no cenário provável, e nos cenários possível e remoto, um acréscimo de R\$ 8.264 e R\$ 17.417 comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31/12/2012, a Companhia adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/12/2013 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto Sobre Saldo Devedor		31.12.2013			
Passivos Financeiros	Risco	Saldo em 31.12.2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Moeda Nacional					
CDI	Variação do CDI	1.002.529	782.692	796.879	811.065
IGP-M	Variação do IGP-M	135.968	86.770	87.922	89.074
IPC-A	Variação do IPC-A	1.066.773	1.131.240	1.146.766	1.162.292
TJLP	Variação da TJLP	82.432	43.630	44.175	44.720
TAXA FIXA	Sem Risco	35.776	30.558	30.558	30.558
Moeda Estrangeira					
UMBNDES	Variação da UMBNDES	718.157	652.654	658.462	664.270
LIBOR	Variação da LIBOR	1.256	1.874	1.877	1.879
TAXA FIXA	Sem Risco	550.201	65.650	65.650	65.650
Total		3.593.092	2.795.068	2.832.289	2.869.508

29.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

29.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

(a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 3,6 bilhões em 31 de dezembro de 2012, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira para dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.

(b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

(c) Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 31 de dezembro de 2012.

29.6 Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

(b) Valores a Receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações.

(c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

(d) Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

Passivos	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Moeda Estrangeira				
Medium Term Notes	(463.814)	(482.657)	(426.991)	(456.342)
Moeda Nacional				
Medium Term Notes	(1.066.773)	(1.087.555)	(999.237)	(1.040.182)
FIDC	(1.002.529)	(1.006.905)	(1.194.358)	(1.192.897)
Total	(2.533.116)	(2.577.117)	(2.620.586)	(2.689.421)

30 SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Em milhares de Reais	
			Vencido	Segurado
D&O - Seguro de Administradores	Zurich Minas Brasil Seguros S/A	Responsabilidade civil - D&O	04/2013	2.000
Vida	Bradesco Vida e Previdência	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados	10/2013	2.100
Riscos Patrimoniais	ACE Seguradora S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	09/2013	1.361.440



DIRETORIA

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
PRESIDENTE

ALMIR FERNANDO MARTINS
DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ARMANDO SHALDERS NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MITUO HIROTA
DIRETOR DE GERAÇÃO

MAURO MARQUES
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONTADOR – CRC - 1SP253079-O-1



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

JOSÉ ANÍBAL PERES DE PONTES

CONSELHEIROS

ANDREA SANDRO CALABI

CARLOS PEDRO JENS

FERNANDO CARVALHO
BRAGA

FLÁVIO DE SOUZA
LOUREIRO FILHO

JOÃO BOSCO TOSCA

MARCELO SOUZA
MONTEIRO

MARCOS ANTÔNIO DE
ALBUQUERQUE

MAURO GUILHERME
JARDIM ARCE

RICARDO ACHILLES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP – Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, VII do artigo 163 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Normas, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Proposta da Administração para destinação do lucro, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 19 de março de 2013.

Amâncio Acúrcio Gouveia

Emília Ticami

Fábio Alonso

Hélio Pilnik

José Rubens Gozzo Pereira

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros da
CESP – Companhia Energética de São Paulo
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **CESP – Companhia Energética de São Paulo** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board – IASB”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CESP – Companhia Energética de São Paulo** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas IFRS emitidas pelo IASB.

Ênfase

Chamamos à atenção para a Nota 11.5 às demonstrações financeiras, que descreve a incerteza relacionada à continuidade da operação da Usina de Três Irmãos e ao critério utilizado para determinar o valor de indenização das usinas hidroelétricas ao término das concessões. Nossa opinião não está ressalvada em função destes assuntos.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades limitadas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

A auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi conduzida por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 22 de março de 2012, sem modificações.

São Paulo, 19 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6

Henrique Silva Premoli
Contador CRC-1SP250.993/O-6

Ana Andréa Iten de Alcantara
Contador CRC-1SC 025678/O-3T-PR S-SP